



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 042

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

## Ata de Posse:

### ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e quatro, na sala da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado, o senhor Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, convidou o Sr. Luiz Fernandes da Silva Litro para assumir a cadeira de Deputado Estadual, em virtude de licença para tratamento de saúde, por 121 (cento e vinte e um) dias, do Deputado Cleiton Kielse. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sr. Luiz Fernandes da Silva Litro para prestar compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado. O compromisso prestado foi o seguinte: “Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem-estar do nosso Estado.” Encerrado o ato, o Sr. Presidente declarou empossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Luiz Fernandes da Silva Litro e determinou a lavratura da presente Ata de Posse e sua publicação no Diário da Assembléia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente Ata vai assinada pelo Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente do Poder Legislativo e por mim, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Deputado Estadual

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2004

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Ademar Traiano.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio

Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO Nº 018/2004

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Obras Públicas

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A duplicação da Rodovia Angelina Ricci Vezoso, na Cidade de Londrina, que liga a Rodovia Melo Peixoto (BR-369) à Região Norte da Cidade de Londrina, popularmente conhecida como Cinco Conjuntos.

2 - Em virtude da instalação de grandes indústrias nesta região, como a Dixie Toga e a Metalúrgica Atlas, esta rodovia tornou-se via de tráfego imenso e palco de inúmeros acidentes e fatalidades, o que justifica a necessidade da duplicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência para o Projeto de

Lei nº 543/2003, que altera a Lei nº 8.852/88, que proíbe fumar em recintos fechados.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) VANDERLEI IENSEN

#### REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 284/2003, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem a esta Comissão Executiva REQUERER cópia integral do Relatório elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI dos Jogos Mundiais da Natureza.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja adiada para outra data a ser confirmada, a reserva do espaço do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 19.05.2004, aprovado, para o professor René Ariel Dotti falar sobre o tema: O papel institucional do Poder Judiciário e suas relações com o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

O Dr. René Ariel Dotti, nesta data, entrou em contato com nosso Gabinete desculpando-se, informando que na data inicialmente marcada estará em Brasília cumprindo missão emergencial que não tem como ser adiada.

#### REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para realização de Audiência Pública da Comissão, no dia 1º de junho próximo, às 9h30min, no Plenarinho da Assembleia, para discussão sobre os contratos temporários dos funcionários e professores das Escolas de Rede Pública de Ensino.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja destinado o Grande Expediente do dia 26/05/2004, para pronunciamento do Sr. Carlos Augusto Moreira, Reitor da Universidade Federal do Paraná, sobre a questão de cotas raciais e sociais.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja realizada Sessão Solene em homenagem aos 31 anos da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, às 17h do próximo dia 1º de junho de 2004, nesta Casa.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A EMBRAPA completa 31 anos neste mês de maio de 2004. Atinge sua maturidade e firma-se como instituição capaz de mudar a face do Brasil rural.

Em 2003, foram registradas 44 novos tipos de plantas (cultivares) o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC. Abrangem cereais, oleaginosas, fruteiras e espécies forrageiras. Destacam-se: um novo abacaxi com resistência à fusariose, grave doença dessa cultura; os novos girassóis para uso ornamental com flores coloridas; além das três cultivares de uvas sem sementes. Esses lançamentos têm como impacto, além do acréscimo da produção pelo aumento de produtividade; a redução do uso de insumos, pelo desenvolvimento de cultivares tolerantes ou resistentes às pragas e doenças; a adaptação às diferentes condições de ambiente e de cultivo; e a agregação de valor aos produtos tradicionalmente cultivados. A atuação da EMBRAPA nesse ramo garante à agroindústria nacional capacidade de influir no mercado de sementes e mudas, fator importante para a soberania nacional e a segurança alimentar.

Em 2004 as novidades continuam. Alguns dos novos produtos, além dos resultados em produtividade, apresentam características surpreendentes. Um exemplo é a cebola-doce, que não provoca lágrimas ao ser descascada, não deixa o hálito forte e pode ser comida como fruta *in natura* pois tem sabor quase doce.

Na Região Norte a EMBRAPA desenvolveu um processo de produção, por meio de micropropagação, para mudas de curauá, planta cujas folhas são utilizadas na fabricação de fibras. Esse processo recebeu, em 2003, o prêmio FINEP de Inovação tecnológica. Com essa técnica, pode-se obter rapidamente uma grande quantidade de mudas clonadas de alta qualidade. A fibra do curauá é utilizada nas indústrias têxtil e automobilística devido à combinação de resistência, maciez e peso reduzido, além

de ser usada também como ração animal. A demanda por sua fibra é crescente, especialmente por parte de grupos empresariais interessados na utilização de produtos naturais e biodegradáveis. A expectativa é que a área de cultivo cresça de quatrocentos para cinco mil hectares, o que fará com que o número de Municípios atendidos cresça de dois para cinquenta, e o número de famílias beneficiadas aumente de duzentos para duas mil.

Na Região Centro-Oeste, o pólo de pesquisa da EMBRAPA Algodão também recebeu o Prêmio FINEP em 2003. A região é responsável por 78% da produção nacional de algodão e o trabalho da EMBRAPA proporcionou grande redução no uso de defensivos: o número de aplicações caiu de treze para seis por safra, em média.

Também em 2003 foi concedida à EMBRAPA a primeira Licença de Operação de Área de Pesquisa (LOAP), para experiência a campo, no Brasil, com mamão transgênico resistente ao vírus da mancha anelar. Em 2004 foi a vez da obtenção da LOAP para feijão resistente ao vírus do mosaico dourado. Está em processo final de liberação o licenciamento para a batata resistente ao vírus PVY.

A EMBRAPA continua na vanguarda na área de clonagem de bovinos. Em setembro de 2003 nasceu a primeira bezerrinha clonada a partir das células de um animal já morto.

Uma fêmea da raça holandesa, de elevado valor genético, morreu por acidente e teve suas células clonadas para dar origem à Lenda. Em fevereiro de 2004 nasceu Vitoriosa, o primeiro clone de um clone nascido na América Latina. É clone de Vitória, também clonada pela EMBRAPA.

A preocupação da atual gestão com os aspectos mais científicos da produção da empresa reflete-se nitidamente no número de publicações produzidas em 2003. Foram publicados 1.409 artigos em Revistas Científicas (1.191 em 2002), 2.365 artigos técnicos em Anais de Congressos (2.089 em 2002), 976 capítulos em livros técnicos (739 em 2002), 259 orientações de teses de pós-graduação (242 em 2002), 2.516 artigos técnicos divulgados na mídia (2.201 em 2002), além da realização e transmissão direta via satélite, a partir do estúdio da EMBRAPA em Brasília, de 38 programas de TV com uma hora de duração, divulgando informações sobre tecnologias geradas pela EMBRAPA.

Para continuar desempenhando o seu papel, a EMBRAPA contará em 2004 com um orçamento total para custeio e investimentos 35,6% maior que em 2003, equivalente a 223,3 milhões de reais. Deste montante, 61,7% irão para projetos voltados para o aumento da competitividade do agronegócio, 5,9% para ações de transferência de tecnologia nas mais diversas áreas e 5,7% para atividades que visam promover a inclusão tecnológica de segmentos de produtores ainda não atingidos pelas pesquisas da EMBRAPA. Os 26,7% restantes são para manutenção das Unidades de Pesquisa.

Atualmente há uma verdadeira revolução no campo brasileiro, onde a EMBRAPA se insere como um dos mais importantes contribuintes. Foram três décadas de dedicação, competência, capacidade técnica e profissionalismo. Esta Instituição está comprometida com o futuro do País e continuará levando a todos aqueles que vivem da produção e transformação de alimentos e fibras, aquilo que existe de mais atual em tecnologia, de modo que possamos mudar o perfil socioeconômico do País.

À EMBRAPA foi dada a oportunidade de acumular experiência e conhecimento sobre a pesquisa agropecuária brasileira e, por isso, somos também responsáveis por ajudar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na esfera das nossas competências, a traçar metas, objetivos, políticas e rumos para o agronegócio brasileiro e para o desenvolvimento rural sustentável.

#### REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM que, depois de ouvido o Plenário, seja realizada Sessão Solene em homenagem aos 70 anos do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, no próximo dia 15 de junho, nesta Casa.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO

NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O CREA-PR é uma entidade que tem contribuído muito para o desenvolvimento da sociedade paranaense. Desde que nasceu, em 1934, até hoje, o CREA-PR passou por várias mudanças e fases de desenvolvimento, sempre envolvendo distintas áreas da administração pública e da sociedade civil organizada em suas discussões.

No próximo dia 11 de junho, momento em que irá completar 70 anos de existência e atuação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná, nada mais justo e ético de nossa parte do que homenagear seus conselheiros e convidados, trazendo esta comemoração para perto de nossos cidadãos paranaenses.

Com o intuito de homenagear tão importante entidade, é que estes Deputados propõem o presente.

#### REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja marcada para o dia 10 de setembro próximo, no Centro de Eventos Cidade de Ponta Grossa, naquele Município, às 18h00, Sessão Solene de entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Roberto Antonio Busato, concedido pela Lei nº 14390, de 12.05.04.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Tomio Matsumoto, ocorrido em 07 de maio de 2004.

Que da decisão se dê ciência à família, com o envio do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Tomio Matsumoto (Pedro), residia na região Noroeste há cinquenta anos. Mudou-se de Santa Isabel do Ivaí para Loanda em 1972. Era lavrador e nos últimos 32 anos exerceu a profissão de horticultor.

Deixa a esposa Harumi Sakurada Matsumoto e quatro filhos: Alice Tomie, Akie Eunice, Milton Katsumi e Fábio Haruyuki, e os netos: Eidiy, Bruno, Kakeshi, Harumi, Maiyu, Keiko e Beatriz.

Rogamos a Deus para que descanse em paz e que sua querida família continue sua brilhante trajetória e na semeadura dos seus exemplos mais dignos de amor, fé e credibilidade.

## REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Rosa Back, ocorrido no dia 30 de abril do ano em transcurso, na Cidade de Catanduvas/PR.

Requer ainda que seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho, Pe. Irineu Nicolau Back, residente na Av. Paraná, 28, CEP: 85.470-000-Catanduvas-PR.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da Sra. Rosa Back, foi profundamente sentido, não só pelos familiares, mas por todos que a conheciam. Mãe abnegada, com carinho e perseverança, deu abrigo a todos que a rodeavam. E, quando se perde uma mãe, verdadeiramente perde-se um pouco do sentido da vida.

Naturalmente que cabe a nós, representantes legítimos da população, registrar os acontecimentos nos Anais do Poder Legislativo, principalmente para que eles não se percam e permaneçam como chama viva servindo de exemplo a todos.

Nesse momento difícil para toda a família Back, envio meus profundos sentimentos, rogando a Deus que proporcione todo o amparo e conforto necessário.

## REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa que seja expedido voto de congratulações ao Exmo. Sr. Antonio de Sá Ravagnani, Juiz de Direito da Comarca de Maringá promovido ao Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

O Juiz de Direito Sá Ravagnani há treze anos e meio exerce a judicatura na Comarca de Maringá, onde conquistou a amizade daquela comunidade, onde também foi professor da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações a Sementes Mauá pela conquista da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade NBR ISO 9001:2000, relativo ao processo de Recepção, Beneficiamento, Armazenamento e Comercialização de Soja e Trigo.

Requer ainda que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, REQUER a inserção nos Anais desta Casa de Leis, do artigo Histórias do Paraná do professor Wilson Martins, publicado em O Globo, na seção Prosa & Verso, edição de sábado, 8 de maio de 2004, onde o consagrado crítico literário nacional analisa a obra Ney Braga, a Política Como Arte, do jornalista Vanderlei Rebelo, publicação da Imprensa Oficial do Paraná, recentemente lançada nesta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Seja esta inserção homenagem da atual Assembléia ao brilhante trabalho de pesquisa do ilustre pesquisador e jornalista paranaense, de quem a jornalista Margarita Sansone, na terça-feira, onze de maio de 2004, na Gazeta do Povo referiu, em sua coluna Zoom: Política e Arte - engana-se quem pensar ser o livro Ney Braga, a Política Como Arte, de Vanderlei Rebelo, obra de elogio fácil, sem fortuna crítica. Ao contrário, é narrativa importante para a História do Paraná. Começa com Ney, Prefeito de Curitiba, em 1954, até sua derrota para o Senado, em 1982. A trajetória nacional começa em 1960, quando alguém coloca um distintivo quem é Jânio, é Ney, "na lapela do terno de Jânio Quadros, candidato a Presidente, em Curitiba. Lembra Rebelo, que Ney, candidato a Governador explodiu nas urnas com Jânio"

Encaminhe-se o presente requerimento ao autor Vanderlei Rebelo, no endereço: Rua D. Alberto Gonçalves, 100 - CEP: 80.510-340 e ao professor Dr. Wilson Martins, na Av. João Gualberto, 1439, apto:71 - CEP: 80.030-001 - Curitiba - PR.

#### REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o envio de voto de congratulações e aplausos à Diretoria, ao Quadro Social e aos funcionários da Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda - CAMDUL, pela comemoração dos seus 34 anos de constituição, ocorrida no dia 13 de maio de 2004.

Do aprovado requer ainda, o envio de cópia ao Diretor-Presidente da CAMDUL, Sr. Leocir Sartor, no endereço: Rua Princesa Izabel, 330 - CEP 85.660.000, Dois Vizinhos-PR.

Nestes termos, pede deferimento

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda tem se destacado como exemplo de Sociedade Cooperativista para o sudoeste e para o Paraná.

Com determinação, seus Diretores, Associados e funcionários, enfrentam as adversidades econômicas e financeiras, bem como outros entraves inerentes a uma grande sociedade, e um a um, os obstáculos já foram ou estão sendo suplantados.

Esse espírito aguerrido que sempre norteou a família CAMDUL tem sido decisivo para garantir a sua maior eficiência enquanto empresa, e conseqüentemente, auferir aos seus associados e indiretamente a toda agricultura regional, maiores benefícios sociais e econômicos.

E é por esse motivo que nos congratulamos com a família CAMDUL, pela comemoração de tão expressiva data.

#### REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim, pela sua investidura na Presidência do Supremo Tribunal Federal. E voto de louvor ao Exmo. Sr. Ministro Maurício Corrêa, que, aos 70 anos, resigna da carreira jurídica, deixando a Presidência da Suprema Corte da Nação.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

O Ministro Nelson Jobim, agora nossa esperança da ansiada modernização do Poder Judiciário neste País,

tem uma brilhante carreira no serviço público. Eleito pelo voto democrático Deputado Constituinte, foi Ministro da Justiça no Governo Fernando Cardoso e é Ministro do Supremo desde 1997, tendo levado para o Poder Judiciário toda sua brilhante experiência política. Terá a seu cargo a reforma do Judiciário, que tramita no Congresso Nacional há doze anos e é sonhada aspiração nacional.

O Ministro Maurício Corrêa, nosso orgulho, combateu o bom combate. Foi um guardião da Constituição. Não se vergou aos demais Poderes. Afirmou suas prerrogativas. Pautou sua trajetória por desmedida sinceridade patriótica, feliz memória de sua igualmente brilhante carreira política coroada pela senatória no Partido Democrático, Trabalhista PDT. Ambos honram a Casa onde fulguraram grandes inteligências, entre elas Rui Barbosa e o paranaense Ubaldino do Amaral.

Roga-se à Mesa da Assembléia, que encaminhe este voto a S. Exas. Sr. Ministro Nelson Jobim, Supremo Tribunal Federal, Gabinete do Ministro Nelson Jobim - CEP: 70046-900 - Brasília/DF e para o Sr. Ministro Maurício Corrêa, Supremo Tribunal Federal, Gabinete da Presidência - CEP: 70.046-900 - Brasília/DF.

#### REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à grande atriz brasileira Fernanda Montenegro, pela sua premiação como melhor atriz, no Festival Tribeca, em Nova Iorque, EUA, com o filme "O outro lado da rua", do cineasta Marcos Bernstein.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A melhor atriz brasileira, com este novo prêmio internacional, amplia horizontes para nossa cultura e mercado para nossa indústria cinematográfica com o seu talento singular. Esta Casa, representante do povo paranaense, onde Fernanda Montenegro tem extenso e admirável público, deve aplaudir a ilustre brasileira neste momento de conquista e de vitória.

Seja este voto encaminhado à ilustre atriz, Fernanda Montenegro, à Avenida Vieira Souto, 408 - 5º andar - CEP: 22442-00-RJ.

#### REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Iwao Miyamoto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. José Maurício da Costa

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Antenor Ribeiro.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Dr. Ari Ferreira Fontana, Diretor da Polícia Científica do Estado do Paraná. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Alvaro Matos

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo. Sr. Mário Barrozo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 855

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor às equipes das escolas Municipais de Curitiba, pelo excelente trabalho realizado em prol da formação das crianças curitibanas, que sustenta, por consequência, os menores índices de analfabetismo e abandono no Ensino Fundamental entre as Capitais brasileiras.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

#### JUSTIFICATIVA:

As Escolas Municipais de Curitiba tem mais de 120.000 alunos matriculados e destacam-se pela excelência do trabalho educacional realizado.

O esforço de suas equipes - professores, pessoal administrativo, de apoio pedagógico e diretores - bem como o apoio das respectivas comunidades, através das Associações de Pais, tem garantido reconhecidos avanços. Entre eles podemos citar: a descentralização da gestão escolar, gerando economia, agilidade e melhores condições como novo eixo didático-pedagógico, que confere às nossas crianças as competências necessárias na sociedade da informação; o investimento no desenvolvimento dos professores, sem os quais não existe escola de qualidade.

Essas ações tem garantido resultados em alguns indicadores que são fundamentais na educação, como o Índice de Analfabetismo e o índice de Abandono no Ensino Fundamental que, com os respectivos valores de 3,4 e 3,5%, são os melhores entre as Capitais brasileiras.

Essas são algumas das razões pelas quais muito nos orgulha propor a homenagem desta Assembléia Legislativa às Escolas Municipais e respectivas comunidades, no sentido de que seu trabalho repercuta ainda mais e possa espelhar esforços por parte de todos os Municípios do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado

da Segurança Pública, no sentido de destinar uma viatura da Polícia Militar para o Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Esse requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que libere uma viatura da Polícia Militar, em caráter emergencial, em face do recrudescimento dos índices de assaltos, roubos, entre outras modalidades de criminalidade junto ao Município de Barbosa Ferraz.

O atendimento desta solicitação visa trazer segurança e tranqüilidade à comunidade da área urbana e rural de Barbosa Ferraz, podendo significar redução nos números de todo o tipo de delinquência e marginalidade. A marginalidade precisa ser enfrentada. Desafiada. Condenada. E isso urge. É um clamor geral dos moradores que se encontram desamparados, intranqüilos, inclusive vivendo permanentemente em clima de medo. E esse é um dever do Estado. Ele tem que garantir a inviolabilidade dessas famílias, do direito à vida, à segurança, à liberdade.

#### REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, Deputado Estadual, abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja encaminhada a S. Exa. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, a seguinte solicitação: efetuar a sinalização horizontal, pintura de faixas, na PR-160, no trecho compreendido entre a BR-369 (Cornélio Procópio) e a PR-323 (Mairiporã-Sertaneja).

Tal pedido justifica-se tendo em vista que nesta época do ano de chuvas e neblina, torna-se muito perigoso o tráfego noturno sem as faixas de sinalização.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 856

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja enviada ao Exmo. Sr. Ministro Maurício Correia, Ilmo. Presidente do Supremo Tribunal Federal, ofício manifestando a preocupação desta Assembléia Legislativa sobre os riscos que corre em nosso País a soberania do voto popular.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

Apoiamento:

Reni Pereira

#### JUSTIFICATIVA:

A justificativa para a apreensão e para a manifestação desta Casa com relação ao assunto encontra-se no artigo em anexo.

Nele, o eminente jurista Damo de Abreu Dellari, registra, de forma precisa e insofismável, manobras perpetradas no sentido da utilização desonesta dos meios institucionais na cassação do mandato do Senador João Capiberibe e da Deputada Federal Janete Capiberibe, duas figuras públicas do mais alto nível, eleitos pelo Amapá. Derrotados nas urnas, tentam cassar mandatos conferidos pelo povo na mais estrita legalidade. O processo se encontra no TSE e é absolutamente necessário que as autoridades sejam alertadas para que não se deixem levar pelas aparências.

#### “Em Nome da Justiça

Dalmo de Abreu Dallari (\*)

Uma das formas mais graves de afronta à Justiça, como valor fundamental da humanidade, é a utilização desonesta dos meios institucionais implantados para a promoção da Justiça, utilizando-se para a satisfação de interesses essencialmente injustos. Quando isso ocorre, a própria idéia da Justiça se corrompe, porque se confunde com simulação e os órgãos que se pressupõe serem guardiões da Justiça se desmoralizam, porque ninguém acredita em sua autenticidade.

Um fato muito grave está ocorrendo hoje no Brasil, que não pode ser ignorado por quem se preocupa com a preservação das conquistas democráticas e com a observância dos padrões éticos na convivência humana. Está tramitando no Tribunal Superior Eleitoral um processo que tem por objetivo a cassação dos mandatos do Senador João Capiberibe e da Deputada Federal Janete Capiberibe, eleitos pelo Amapá, duas figuras públicas do mais alto nível, por sua integridade, por seu espírito público, assim como por seu compromisso com os valores fundamentais da pessoa humana.

Derrotada nas urnas, inconformada pela perda dos privilégios, a oligarquia amapaense tentar cassar os mandatos conferidos pelo povo dentro da mais estrita legalidade. Alega-se que a eleição foi viciada por ter havido a compra de votos e, sem nenhuma comprovação do fato em si e, e menos ainda, do envolvimento pessoal dos dois Parlamentares, pretende-se a cassação de seus mandatos. Antes de tudo, existe um pressuposto legal de regularidade das eleições, que só pode ser afastado se houver prova clara e indiscutível da prática de atos que afrontem princípios e normas constitucionais e legais, prejudicando direitos e comprometendo a legitimidade do resultado proclamado.

As eleições constituem um dos pontos fundamentais do sistema democrático representativo e não se pode declarar leviamente sua nulidade, sob pena de abalar a estabilidade institucional. Se os candidatos foram declarados eleitos, se foram diplomados e se estão no exercício do mandato, a cassação, com base em vício das eleições, irá desencadear uma série de conseqüências jurídicas e políticas graves: haverá inevitável efeito desmoralizador, lançando descrédito sobre o sistema eleitoral e a Justiça Eleitoral.



No caso em questão, já houve rejeição da denúncia pelo Judiciário do Estado do Amapá. A conclusão do voto do Presidente do TRE daquele Estado é uma demonstração eloqüente de que o Judiciário pode ser confiável e de que há juizes que são ciosos de sua independência e conscientes de sua responsabilidade, decidindo com imparcialidade em circunstâncias difíceis. O Presidente do TRE do amapá assim se expressou:

‘Pronuncio-me pela fragilidade da prova produzida nestes autos com muita tranqüilidade, com a consciência de um Juiz. E faço este registro muito à vontade, porque integro o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o órgão mais perseguido nos últimos quatro anos do Governo do Sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe. Poderia, neste momento, tirar proveito da minha posição para decidir de forma contrária. Mas se assim o fizesse não seria digno do cargo que exerço, não estaria sendo um autêntico Juiz. Estou votando com minha consciência tranqüila, porque estou demonstrando ao Sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe que na Justiça do Amapá, há Juizes’.

O reconhecimento da inexistência de provas da prática de ilegalidade pelos denunciados levou o TRE a recusar as acusações. Entre outros fundamentos foi ressaltado que mesmo a eventual prática de ilegalidades por algum eleitor ou adepto dos acusados não serviria de base para a cassação dos mandatos, desde que tais ilegalidades não tenham tido influência nos resultados e sendo certo que os acusados não participaram das práticas ilegais, não sendo justo nem legal puni-los por atos de terceiros.

Dessa decisão do Tribunal do amapá, houve recurso e o processo está agora no TSE. Evidentemente, os membros daquele Tribunal são livres na apreciação das provas, mas é absolutamente necessário que sejam alertados para que não se deixem levar por uma eventual aparência de prova, o que poderá ocorrer pelo excesso de trabalho ou pela manipulação hábil dos fatos por parte dos acusadores. É indispensável que os julgadores da instância superior decidam com a independência e imparcialidade demonstradas pelo Presidente do TRE do Amapá.”

(\*) Dalmo de Abreu Dallari é professor visitante da Universidade de Paris, vice-presidente da Comissão Internacional de Juristas, professor titular e ex-diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

#### REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldyr Pugliesi, solicitando a liberação de recursos para a pavimentação poliédrica na Rua Bertho Carrer, no trecho compreendido entre a Av. 24 de Outubro e a Rua 12, no Jardim Irene, no Município de Medianeira.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a Vereadora Maria Helena Barp, autora da reivindicação, na Câmara Municipal de Medianeira/PR.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A rua citada possui um fluxo intenso de veículos, inclusive de transporte coletivo, devido ser uma das principais vias de acesso ao Centro Social, à Escola João Paulo II, à Creche e ao Posto de Saúde local.

#### REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem informar que nesta data compareceu ao Gabinete o cidadão curitibano Claudenir Cassaroti, morador na Rua Sérgio Navarro, 38, Fazendinha, Curitiba/PR.

O referido cidadão denuncia a péssima qualidade da água distribuída no seu bairro, trazendo consigo amostras da água colhida entre sábado e domingo, para atestar o que afirma. O cidadão diz ainda que pelo menos três vezes por mês, sempre nos finais de semana ou feriados o serviço é suspenso.

Isto posto, REQUER-se envio deste à SANEPAR, para que, em cinco dias responda aos seguintes quesitos:

1) Por que regularmente ocorre suspensão no abastecimento de água no bairro Fazendinha em Curitiba? Por que a referida suspensão se dará nos feriados ou finais de semana? Remeter cópia do relatório contendo o histórico de suspensões de abastecimento nos últimos seis meses.

2) Por que ao ser restabelecido o serviço, a qualidade da água distribuída é imprópria para o consumo? A água vem acompanhada de um lodo, com colaboração barrenta, sendo que se retorna às suas condições normais, após 12 horas do reabastecimento.

3) Existe outra alternativa para que estes fatos não ocorram?

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja informado a este Poder Legislativo quando foram transferidos recursos na ordem de R\$ 24.000.000,00 e R\$ 18.141.883,97 da COPEL para a ELEJOR? De quem partiu a decisão e quem determinou os pagamentos? Tais operações foram autorizadas pelo Conselho Diretor ou pela Assembléia Geral de Acionistas? Em caso positivo, juntar cópia a respectiva planilha, qual a destinação dada a tais recursos pela ELEJOR e quem ocupava os cargos da Diretoria da ELEJOR, nos dias 18 e 29 de dezembro de 2003, e em 26 de janeiro de 2004?

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO e WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, preste as seguintes informações: Quais as razões pelos quais os Atos da Comissão Executiva do ano 2003, abaixo informados, foram publicados somente no Diário da Assembléia nº 17, de 23 de março de 2004.

- . Ato da Comissão Executiva nº 228/2003
- . Ato da Comissão executiva nº 229/2003
- . Ato da Comissão Executiva nº 230/2003
- . Ato da Comissão Executiva nº 231/2003
- . Ato da Comissão Executiva nº 232/2003
- . Ato da Comissão Executiva nº 233/2003
- . Ato da Comissão Executiva nº 234/2003
- . Ato da Comissão Executiva nº 235/2003
- . Ato da Comissão Executiva nº 236/2003
- . Ato da Comissão Executiva nº 237/2003
- . Ato da Comissão Executiva nº 238/2003

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no início XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 178/2004

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída no calendário oficial do Estado do Paraná, a Semana da Defesa e Valorização da Língua Portuguesa, iniciando dia 15 de outubro de cada ano.

Art. 2º - O Poder Executivo desenvolverá e/ou incentivará os eventos voltados à defesa e valorização da língua portuguesa, dentre os quais:

- a) concurso de redação entre alunos da Rede Estadual de Ensino;
- b) realização de eventos culturais;
- c) realização e apoio á manifestações da língua portuguesa;
- d) premiação e valorização dos escritores paranaenses e nacionais;
- e) incentivos à leitura.

Art. 3º - O Poder Executivo editará os atos regulamentares cabíveis, necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicabilidade do disposto nesta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Estado, ficando a Governadoria autorizada a abrir créditos suplementares ou adicionais.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa deste parlamentar ao apresentar o projeto de lei acima, por si só se justifica.

Somos donos de uma das línguas mais majestosas do planeta. Riquíssima em adjetivos e predicados. Precisamos criar incentivos para que as futuras gerações jamais deixem de conhecer e cultivar o conhecimento que a língua portuguesa proporciona a nossa comunicação. Nos diferenciamos dos demais países pela nossa língua. Não podemos permitir que deixemos de utilizá-la em toda a sua essência, e que expressões importadas substituam as nossas expressões natas.

A idéia da Semana da Defesa e Valorização da Língua Portuguesa é justamente criar e estimular o uso da língua em toda sua plenitude.

Poderemos aproveitar o espaço criado por esta lei para enriquecer de conhecimento, criatividade e cultura os nossos alunos, ressuscitando neles e nas futuras gerações o amor, pela nossa língua.

Algumas iniciativas de Fundações e entidades não governamentais, já estão sendo desenvolvidas, conforme divulgação na mídia. Portanto, com certeza teremos vários incentivos e apoios para que essa Semana seja riquíssima na sua essência, e facilmente viabilizada pelo Governo e escolas.

#### PROJETO DE LEI Nº 179/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam acrescidos os parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 1º da lei nº 13.411, de 26 de dezembro de 2004, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - .....

§ 1º - As empresas privadas que tiverem interesse em aderir ao Programa Parceiro da Escola, auxiliarão financeiramente a promoção do ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, podendo, em contrapartida, divulgar sua razão social ou marca no uniforme escolar.

§ 2º - A divulgação da empresa, no uniforme escolar, far-se-á em um único letreiro ou logomarca, em tamanho menor e ao lado ou abaixo da identificação da escola, seguido da expressão - parceiro(a) da Escola -;

Art. 2º - Fica alterada a redação do artigo 2º da Lei nº 13.411, de 26 de dezembro de 2001, conforme segue:

“Art. 2º - A participação da iniciativa privada no Programa Parceiro da Escola, constituirá em auxílio financeiro, segundo montante mínimo a ser definido e revisto anualmente em Assembléia Geral das Associações de Pais e Mestres das escolas, para o atendimento das necessidades de cada comunidade escolar, devendo preferencialmente, entre outras prioridades verificadas, ser destinado:

I - a confecção e distribuição gratuita do uniforme, conforme padrão adotado pela escola e, obedecida a legislação vigente sobre o uso do uniforme escolar;

II - a conservação e a manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da escola;

III - ao fornecimento de mobiliário, equipamentos de informática, de laboratório ou outros para estudos e pesquisas nas escolas;

IV - a prover e manter atualizada a biblioteca escolar, os programas, softwares e demais instrumentos de informática, inclusive acesso à internet, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do potencial intelectual de cada aluno;

V - ao fornecer de livros e demais materiais didáticos aos alunos, em conformidade com a listagem oficial para cada ano letivo;

VI - ao custeio das despesas para o aprimoramento técnico dos professores e funcionários administrativos da escola, respeitada a legislação específica sobre o aperfeiçoamento e a valorização do magistério.

Parágrafo Único - Poderá o aluno ou seu responsável, quando for o caso, optar pela não utilização do uniforme escolar com identificação da empresa, submetendo-se às normas vigentes sobre o uso de uniforme escolar para a rede pública estadual de ensino.”

Art. 3º - Fica alterada a redação do artigo 3º da Lei nº 13.411, de 26 de dezembro de 2001, conforme redação a seguir:

“Art. 3º - As empresas admitidas no Programa Parceiro da Escola também poderão divulgar sua marca em espaço apropriado das instalações da escola, a ser definido pela respectiva Associação de Pais e Mestres segundo padrão adequado e desde que não importe em poluição visual ou em comprometimento da fachada ou características físicas e arquitetônicas do imóvel.

Parágrafo Único - É vedada a admissão ao Programa Parceiro da Escola de empresas fabricantes de produtos manifestamente nocivos à saúde, tais como bebidas alcoólicas, cigarros e seus derivados, além de outros que, por deliberação das Associações de Pais e Mestres de cada escola, forem considerados não convenientes.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A apresentação desta proposta legislativa para alteração da Lei nº 13.411 de 26 de dezembro de 2001, decorre da necessidade de serem procedidas alguns ajustes em sua redação, de modo a ampliar-lhe o alcance e cumprir, efetivamente, os nobres objetivos que a determinaram.

E quanto a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar, foi introduzido novo dispositivo para efeito de harmonizar a lei à nova e específica legislação aprovada sobre esta matéria, a Lei Estadual nº 14.361, de 19.04.2004.

PROJETO DE LEI Nº 180/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os veículos auto-motores de propriedade do Governo do Estado e dos órgãos estaduais da Administração Direta e Indireta serão licenciados nos Municípios onde prestarão serviços.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

É notório que a arrecadação do IPVA tornou-se uma receita importante para os Municípios. Sendo o Estado do Paraná, através dos seus órgãos da Administração Direta e Indireta o maior frotista, o licenciamento desta frota através dos Municípios onde forem prestados os serviços, representa uma medida de justiça social que beneficiará inúmeros Municípios do interior do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 181/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senador Osmar Dias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2004.  
(a) BARBOSA NETO

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin, no Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, solicito a possibilidade de falar por último em vista que não chegou, até o momento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. é o único Deputado inscrito no Pequeno Expediente. A palavra é sua.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste ano comemoramos o 12º ano da lei do ICMS Ecológico. Esta lei, aprovada por esta Casa em 1991, entrou em vigor em 1992. Naquela época, 52 Municípios possuíam áreas de preservação permanente nas suas unidades. Hoje, graças ao estímulo da lei, são 233 Municípios do Paraná credenciados a receber recursos da Lei do ICMS Ecológico. Mais de 700 milhões de reais já foram repassados a estes municípios que preservam o meio ambiente.

A nossa Região Metropolitana de Curitiba já recebeu mais de 250 milhões de reais como contrapartida, pela importância que tem nos mananciais que têm a responsabilidade de abastecer Curitiba e a região metropolitana.

É bom lembrar que esta lei é fiscalizada anualmente pela secretaria de Estado do Meio Ambiente. O Município que não aplicar bem os recursos que recebe, como contrapartida, cai a participação no índice do ano seguinte. O Município que ampliar uma área ecológica, aumenta sua participação na receita do ICMS Ecológico.

É verdade, o nosso litoral recebeu, literalmente, uma injeção de ânimo. E destaco Guaraqueçaba, o Município que tem 93% de área de preservação ambiental e que não tem indústria. Arrecadava uma importância de 20 mil reais por mês de ICMS. Hoje, recebe em torno de 200 mil reais por mês.

Destaco, aqui, na região metropolitana, Município de Piraquara, que recebe em torno de 800 mil reais por mês por conta do ICMS Ecológico. O Município de Pinhais recebe em torno de 250 mil reais por mês. O Município recém criado de Campo Magro recebe, também, perto de 300 mil reais por mês, por conta da Lei do ICMS Ecológico. O Município de Colombo já recebeu perto de 20 milhões de reais por conta da Lei do ICMS Ecológico. Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, também já receberam em torno de 20 milhões de reais.

Então, o Parque Nacional do Iguaçu, vamos dizer: Céu Azul, Matelândia, Medianeira, Flor da Serra do Iguaçu, 80% do que recebe em termos de ICMS é da Lei do ICMS Ecológico.

Então com a lei foi possível compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental. Porque não era justo um Município, que tem uma área de preservação ambiental que por lei não pode instalar uma indústria, porque tem que preservar. Então ele tem que ter uma compensação financeira e essa lei do ICMS Ecológico foi pioneira no Brasil. Hoje, doze Estados da Federação já possuem lei similar, e nós tratamos dessa questão desde a Constituinte em 1988, colocando num artigo da nossa Constituição, combinando o artigo 158 da Constituição Federal ao 132 da Constituição Estadual, para que, em 1991 pudéssemos ingressar com uma lei complementar e criarmos esse mecanismo inédito no Brasil, e a lei já vem recebendo prêmios internacionais e essa Casa tem muito que se honrar por esse feito. Essa Casa tem muito que agradecer ao Governador Requião, que na época sancionou e após a sanção, decretou e entrou em vigor bem no final de 1991, para que os Municípios na primeira semana de 1992 passassem a receber um volume financeiro extraordinário e tivessem assim, uma nova realidade econômica em cada Município.

Quero lembrar aos Srs. Deputados que o Município, para inscrever-se na lei, para passar a receber os recursos, tem que ter na sua unidade, no seu território, uma área de preservação ambiental por lei municipal, ou estadual ou federal. Esta lei dá o credenciamento para que ele possa inscrever-se junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e passar a receber o ICMS Ecológico.

Quero comemorar com muita alegria esses doze anos da Lei de ICMS Ecológico e por isso ocupo a tribuna na tarde de hoje, para destacar esse assunto. Não era exatamente esse o pronunciamento que devia fazer, mas tendo em vista que os documentos que pedi à minha assessoria ainda não chegaram, então aproveitei para destacar esta lei, que é oriunda da Assembléia Legislativa para destacar esta lei, que é oriunda da Assembléia Legislativa: a lei do ICMS Ecológico.

Agora, enquanto o meio ambiente não for uma preocupação coletiva, a luta há de continuar. Todos sabemos da importância do meio ambiente. Todos sabemos da importância em preservar os nossos mananciais e é certo que, o maior capital, o maior patrimônio que podemos deixar aos nossos netos, filhos e às futuras gerações, será o ar puro que respiramos hoje e a qualidade da água que bebemos.

Muito obrigado!

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Maringá: os Vereadores Zebrão, Bravin e também Altamir, que muito nos honram com sua visita no dia de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. deputadas.

Venho a esta tribuna destacar, com entusiasmo, com muita satisfação e orgulho, que a produção industrial cresceu e marcou em todas as regiões do País. As informações são do IBGE. Já havia falado sobre isso na semana passada, mas não com todas essas informações. Por exemplo, a produção industrial aumentou em março contra igual mês de 2003 em todas as quatorze regiões do Brasil pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

O destaque ficou com Amazonas, onde a atividade industrial saltou 33%, estimulada por material eletrônico e de comunicações. A seguir, Pernambuco que avançou 14,4%, e agora aqui o Paraná, 16,2% e o Ceará com 15,7%, que são dados do IBGE. Em São Paulo a produção cresceu 12,7% sobre março do ano passado, o quinto mês positivo seguido, acumulando no ano expansão de 6,9%, e nos últimos doze meses 0,6%.

Dezessete, esse é um dado importantíssimo, dezessete das vinte atividades pesquisadas em São Paulo, tiveram desempenho positivo, com destaque para veículos automotores com alta de 45,4%, máquinas e equipamentos 28,2 e máquinas e aparelhos elétricos 21,8%. No Rio de Janeiro a produção cresceu 2,2% sobre março de 2003, revertendo a queda vista em fevereiro na comparação anual. O destaque do rio de Janeiro foi a indústria de transformação, que subiu 4,2%.

Na semana passada o IBGE informou que a produção industrial brasileira subiu 2,1% em março sobre fevereiro, e 11,9% contra o mesmo período de 2003. Isso dá uma demonstração clara que há uma possibilidade clara de crescimento econômico com estabilidade. Esse um ano e quatro meses do Governo Lula, com todo o esforço concentrado que se faz para que realmente haja o crescimento econômico, e esses sinais positivos da indústria como um todo, dão sinais visíveis que a política do Governo Federal está dando certo. E uma demonstração disso, de dados ligados a uma demanda muito grande e presente em toda a população paranaense e de todo o Brasil, que são os recursos ligados à saúde; tem aqui os dados comparativos claros do esforço, mesmo na situação difícil que tivemos no ano passado, todos os dados apontam que houve um crescimento no investimento da saúde, dado o próprio aplauso de Deputados que, inclusive às vezes fazem oposição aqui nesta Casa ao Governo do Estado, o caso do aumento de vagas das UTI's que teve no Estado do Paraná, por exemplo:

(Lê):

**“Mais Recursos para a Saúde**

O Governo Federal fez uma clara opção por inverter as prioridades e fortalecer as ações na área de saúde.

O Ministério da Saúde tem ampliado gradativamente o repasse de recursos que assegurem a universalização e a qualidade de assistência prestada pelo SUS.

Os valores repassados ao Paraná são:

Repasse para a Atenção Básica (Ações de prevenção e primeiros cuidados com a saúde, através, principalmente, do Programa Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde)

Em 2002 (Gov. FHC) - R\$223 milhões de reais

Em 2003 (Gov. Lula) - R\$265 milhões de reais

Repasse para atender a demanda de Média e Alta Complexidade (Atenção hospitalar e ambulatorial, consultas especializadas, internações, exames, etc.)

Em 2002 (Gov. FHC) - R\$639 milhões de reais

Em 2003 (Gov. Lula) - R\$689 milhões de reais

Repasse para o Extra Teto (Ações de alto custo, como transplantes, hemodiálise e medicamentos excepcionais)

Em 2002 (Gov. FHC) - R\$135 milhões de reais

Em 2003 (Gov. Lula) - R\$141 milhões de reais

Repasse para o Controle de Doenças (Ações contra a malária, dengue, sarampo, paralisia, etc.)

Em 2002 (Gov. FHC) - R\$22 milhões de reais

Em 2003 (Gov. Lula) - R\$24 milhões de reais

Esses esforços permite intensificar as ações de prevenção de doenças, a assistência hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade. A liberação de mais recursos é fundamental para as ações fundamentais de melhoria e ampliação da assistência integral à saúde dos paranaenses.”

Dá uma clareza de que houve uma inversão de prioridades também na área da saúde, mesmo no ano passado que foi o primeiro ano de Governo; e agora esses sinais visíveis do crescimento econômico gradativo, lento e seguro, vai dar a estabilidade política que o Brasil precisa, e vai dar segurança para todos os Municípios do País e, naturalmente, para todos os Governos de Estado. E o Estado do Paraná está se aproveitando dessa oportunidade, tanto é que no dia de hoje assinou um convênio importante da moradia rural para os nossos pequenos agricultores, que a nossa Deputada Luciana falará com todo entusiasmo logo mais.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputada Luciana Rafagnin com a palavra.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, gostaria de falar um pouco sobre a questão da estiagem que aconteceu muito forte no Rio Grande do Sul, santa Catarina e também no nosso Estado, principalmente na Região Oeste e Sudoeste.

Ficamos felizes na semana passada, com um gesto importante do Governo Lula, que foi a prorrogação do PRONAF para todos os agricultores dos Municípios em que foram decretados Estado de emergência. Só na Região Sudoeste foram 27 Municípios atingidos. Agricultores que tiveram uma perda superior a 30% - a princípio era para ser de 50%, mas com a luta da FETRAF, da CRESOL, da CLARF é que houve o entendimento e o Governo Federal está atendendo os agricultores com

perda superior a 30%. Foi importante a ação. É claro que se discute outras propostas, que são para atender mais de perto essas famílias atingidas pela estiagem.

Foi por esse assunto que estivemos em Brasília na quarta-feira passada. Tivemos audiência com o Presidente do INCRA, discutindo o problema da reforma agrária do nosso Estado. Tivemos audiência no Ministério da Saúde, discutindo a questão do Hospital Regional para o Sudoeste do Paraná. E estamos agora aguardando respostas por parte do INCRA e do Ministério da Saúde.

Gostaria também de falar da importante ação do Governo Roberto Requião nessa manhã, em que assinou o convênio do Programa de Habitação Rural. teve também a questão da Casa do Índio, que também foi assinada nessa manhã.

Falo isso porque há três anos, desde que entrei nesta Casa, venho trabalhando nisso. Entramos com um projeto, até passou nesta Casa, mas o Governador Jaime Lerner vetou. No ano passado entramos novamente com o projeto solicitando a implantação do Programa de habitação Rural, alguns Deputados, os mais antigos, ajudaram a votar.

Esse projeto é até um sonho desde que comecei a minha luta no Movimento Sindical. Precisamos continuar discutindo um programa de habitação urbano, porque temos um problema seriíssimo na área urbana, mas nunca se discutia um incentivo para o nosso agricultor.

Graças ao Governo Lula que está empenhando recursos e serão construídas mil casas pelo Governo do Estado do Paraná, na habitação rural, num convênio do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, junto com o Governo do Estado do Paraná, Esse apoio que é muito importante. Então, mil agricultores vão ser beneficiados através do incentivo do Governo Federal, vão receber 4.500 reais por casa a fundo perdido e o valor dessas casas varia de 7.500 a 9 mil reais, essa outra parte é um empréstimo do Governo do Estado, que depois vai ter a devolução, mas 4.500 por casa vem a fundo perdido, graças a importância que o Governo Lula está dando para nossa agricultura familiar.

Isso é um sonho não só meu, mas de vários Parlamentares destas Casa que juntos lutavam e, de uma maneira especial, dos agricultores que há muito tempo sonhavam e lutavam para ter um programa de habitação rural, que só é possível por que temos um Governo democrático e preocupado com a nossa agricultura. Falo especialmente, é claro, do Governo Lula, que incentivou, continua incentivando e, com certeza, teremos ainda mais casas sendo construídas.

É bom citar aqui que dessas 560 casas, muitas delas já foram inauguradas e outras estão em fase de inauguração. Casas que também foram construídas através do incentivo do Governo Federal junto com a FETRAF e a CRESOL. Quinhentas e sessenta casas, mais mil casas agora, nesse convênio com o Governo do Estado do Paraná. Então, é importante esse apoio do

Governo do Paraná, é importante esse apoio do Governo Federal, porque, assim, os agricultores estão vendo acontecer o sonho de ter sua casa própria, de viver com dignidade no campo.

Muito obrigado, Sr. Presidente! Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Próximo orador inscrito por cinco minutos: Deputado, Presidente da CPI do Porto de Paranaguá, Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos aqui, na última semana, a visita, através de convite, do Diretor da COPEL e alguns Parlamentares definiram o negócio com a ELEJOR como o “negócio da China”. Quando nós dizemos o “negócio da China” no linguajar popular, estamos dizendo de que é um negócio fenomenal.

Teremos a oportunidade aqui, de votar esse projeto, nesta Casa e, por isso, vou fazer um breve resumo, até por que cedi o horário do Grande Expediente no qual estava inscrito, mas o deputado Nelson Justus, V. Exa. que é empresário, gostaria que refletisse comigo essa questão da negociação da ELEJOR.

A COPEL, para ter a preferência da negociação com a empresa Triunfo pagou imediatamente 7 milhões. A Triunfo, para que entendamos, investiu vinte e um milhões e aí vendeu a sua participação por quarenta e dois milhões e oitocentos mil. E um “negócio da China”!

O Diretor da COPEL que esteve aqui não me convenceu e acredito que não convenceu a muitas pessoas que têm um entendimento diferente do Diretor Gilberto. Ora, primeiro, preferência de compra de qualquer propriedade, objeto, indústria ou qualquer coisa que seja, se formos buscar no Registro de Títulos e Documentos, vamos verificar que são exceções de negócios, 99,99999% não existe isso de pagar antecipado sete milhões de reais para garantir o negócio que nem sabe se vai comprar. Esta Casa aqui ainda não se pronunciou sobre as negociações.

Outra questão: ora, se o empresário investiu vinte e um milhões e sem terminar a obra, deputado Neivo Beraldin, ela já está vendendo a sua participação por 42.800 sem nenhuma auditoria, sem nenhuma empresa que fizesse a avaliação daquele empreendimento. Não há nada mais que dê tanto lucro do que se associar à COPEL, porque você investe 21 milhões e vende por 42 milhões.

E, além disso, Deputado Neivo, o que mais nos preocupa desta questão é de que a Fundação COPEL comprou debêntures da ELEJOR, comprou 60 milhões de debêntures e vejam, vamos traçar um parâmetro: se ela ia comprar 60 milhões de debêntures da Triunfo, por que comprar da ELEJOR 60 milhões?

Se formos pegar os 60 milhões da Fundação COPEL, os 42 milhões pagos à Triunfo, nada mais lucrativo no mundo do que este negócio feito pela COPEL com a ELEJOR.

Estou aqui apenas comentando porque estamos fazendo um alerta, deputado Welter. Um alerta sobre essa negociação porque ela não tem nenhum amparo legal. Informações que temos, que há dentro da própria COPEL, pessoas que são responsáveis por essa operação que não concordam com ela.

E é importante que os Parlamentares atentem para esta questão porque estaremos votando este projeto para aprovar o negócio ou não. Mas, pasmem os senhores, como é que vamos votar um projeto aqui, deputado Durval de 42 milhões, se a COPEL já pagou 7 milhões para ter preferência de negócio?

Você acha que o empresário, dono da Triunfo, sabendo do valor que ele iria receber, 42 milhões, que ele não firmaria um contrato com a COPEL sem ter esses 7 milhões?

Certamente, firmaria um contrato de preferência de venda.

Então, estou fazendo este pronunciamento, posicionando-me quanto a esta questão porque é preciso que os Srs. Parlamentares se atentem para esta questão.

#### **(Passa a usar o Horário de Liderança do PSDB)**

É importante que os Deputados atentem para isso porque temos sido cobrados pelo Ministério Público, pela Imprensa e por empresários paranaenses que vêm nessa negociação algo que não se justifica.

Outro dia estive aqui o Dr. Gilberto, nós procuramos ser o mais educado possível, discordando dele, mas na verdade ele não trouxe nenhum esclarecimento a esta Casa. Ele veio mais aqui para atacar o Governo passado para justificar a sua atitude, que gera dúvida, deixa dúvida.

Concedo um aparte primeiro ao Deputado Neivo e logo após ao Deputado Durval.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Rossoni. V. Exa. faz a indagação de por que a empresa teria investido 21 milhões. Mas qual é a garantia que nós temos que essa empresa investiu 21 milhões?

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Por isso a necessidade de uma auditoria.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

É, por isso tem que ter uma auditoria e, aliás, a propósito, acho que a auditoria da COPEL tem que ser feita dentro do setor tanto da Fundação COPEL, quanto do Departamento Jurídico da COPEL, aí vamos ter as informações e precisamos requisitar essas auditorias para começar a avaliar com mais propriedade esse assunto.

Em verdade, o que V. Exa. diz: 7 milhões adiantados para deter uma exclusividade de negócio. Podia ter dado 7 milhões ao Gulin, que também teria comprado. O Governo preferiu ficar sócio do Gulin e não da Triunfo. Então, não sei qual é o interesse e, na verdade, não posso afirmar a V. Exa. de que forma isso ocorreu e se deu ou não prejuízo. Mas adianto a V. Exa. que, como presidente da Comissão de Fiscalização, vou requerer da COPEL todas essas informações e após o quê, vamos discutir e compartilhar com este Plenário que, aliás, tem que começar cada vez mais a aprofundar-se nos assuntos de interesse do Executivo.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

E é por essa razão, ilustre Deputado Neivo que levanto a questão para que os Deputados se atenham a ela, porque estaremos votando esse projeto de autorização nos próximos dias. E quando chegar ao Plenário esta questão, que já tenhamos todas as informações.

Só mais uma questão: comprar 60 milhões de debêntures da Triunfo, depois comprar da Triunfo por 42.800 milhões, algo que ela investiu apenas 21 e que eles “dizem” que é 21 milhões, sem nenhuma auditoria, sem nada ser estudado, sem nada ser avaliado, porque isso aqui não é negócio da iniciativa privada, onde você senta em uma mesa e começa a discutir preço. A diferença era tão pequena entre as partes, que era em torno de 10 milhões. Aí aproximaram-se os números e chegou-se ao valor de 42 milhões.

Ora, nós estamos trabalhando com dinheiro público. Há necessidade de uma auditoria ou até duas ou três, para que firmemos o valor real da negociação.

Então, a grande verdade é o grande “negócio da China”. Sou um pouco avesso a CPI, estou presidindo uma CPI, não gosto de CPI porque você tem muitas dificuldades para fazer com que o funcionamento de uma CPI aconteça e para que V. Exas. tenham conhecimento, desde quarta-feira a CPI não conseguiu descobrir o nome do Diretor ou do Chefe do Departamento que fiscaliza a empresa de limpeza do Porto de Paranaguá!

Desde quarta-feira nós não conseguimos esse nome! Hoje teremos a Diretora de Operações aqui na Casa e esperamos obter o nome do responsável.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

#### **O Sr. Durval Amaral**

Nobre Deputado Valdir Rossoni, só para entender efetivamente o caso: a ELEJOR, a Construtora Triunfo, colocou no ano de 2003, aproximadamente 21 milhões de reais na construção das duas usinas construídas pelo Grupo ELEJOR: Fundão e Santa Clara. No mesmo ano ela realizou a venda por 42 milhões, obtendo um lucro de mais de 100%.

As perguntas que ficam sem respostas e, se ficam sem resposta, é porque a Fundação COPEL no mesmo ano de 2003 comprou 60 milhões em debêntures da Construtora Triunfo. Coincidência ou não, neste ano em

que a Fundação COPEL comprou 60 milhões de debêntures, ela alavancou 21 milhões no negócio, na construção do Grupo ELEJOR e realizou um lucro de 100% de 42 milhões. Porque após a venda, sem mudar a Diretoria do Grupo ELEJOR, investiu-se mais 41 milhões na construção da usina? São perguntas que ficam sem respostas! Por que é que não se tinha e não se tem ainda um contrato fixado no preço da energia elétrica e o próprio Diretor da COPEL, que aqui veio, disse que a avaliação foi feita pelo sistema MAIA, foi feita pelo valor presente, quando isso não se leva em consideração, a energia, o valor da energia contratada e a própria ANEEL não reconhece o valor da energia contratada? Por que não foi feita uma avaliação com uma consultoria pública para que esse negócio pudesse ter sido realizado?

Então, são muitos “por ques” e muitas coincidências que revelam um negócio excepcional, como, aliás, parece-me excepcional a incompetência da Presidência da Fundação COPEL que, denunciada, inclusive pelo Jornal Folha de Londrina, investiu mais de 180 milhões de reais dos funcionários da COPEL de maneira indevida no ano passado, sob a atual administração.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

V. Exa. tenha um pouquinho de compreensão. Até pode ser descontado, com a concordância do Deputado Rafael, eu estava inscrito no Grande Expediente - apenas cinco minutos, Deputado Rafael Greca, só para encerrar esse meu pronunciamento e este meu alerta a esta Casa. Dois minutinhos, podem ser descontados.

Além disso, o que mais nos preocupa é que a partir do momento em que a COPEL adquiriu da Triunfo esta parcela dessa sociedade da ELEJOR, ela se torna pública. E aí, pasmem os senhores, garante-se no contrato sem licitação, a obra para a Triunfo, de 473 milhões, vai chegar próximo a meio bilhão de reais.

Então, vejam o seguinte: a Triunfo na verdade, ganhou o presente de Papai Noel antes do tempo, antes do dia 25 de dezembro, investiu 21, vendeu 60 milhões e em debêntures; investiu 20, vendeu a sua participação por 42 e ainda garantiu o valor da construção da obra por quase meio bilhão de reais. Quer dizer, o Papai Noel existe para a Triunfo!

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Agora, por cinco minutos, no Pequeno Expediente, Deputado Elio Lino Rusch, PFL, de Marechal Cândido Rondon.

#### O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvi atentamente o Deputado Valdir Rossoni, quando fazia as suas considerações em relação à COPEL/ELEJOR, COPEL/TRIUNFO, e tudo isso que envolveu

nos últimos dias os debates aqui na Assembléia Legislativa e que originou a vinda de um dos Diretores da COPEL.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que preside a CPI do Porto de Paranaguá, e o Porto de Paranaguá foi tema aqui na Assembléia logo no início dos trabalhos desta legislatura e, com muita propriedade levantado pelo Deputado Waldir Leite, que é da Cidade de Paranaguá e melhor do que ninguém conhece os problemas de Paranaguá e o Porto de Paranaguá. E nós já alertávamos aqui da Assembléia, o Deputado Neivo Beraldin, que é o Presidente da Comissão de Fiscalização, tem realizado inúmeras reuniões e por uma ocasião, Deputado Rafael Greca, teve aqui na Assembléia Legislativa uma audiência pública, com a presença das mais altas autoridades portuárias do Brasil e por inúmeras ocasiões o Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão, tem nomeado uma Comissão, uma Comissão Especial, integrada pelos Deputados Marcos Isfer, José Maria Ferreira e a nossa pessoa, para que fôssemos ao Porto de Paranaguá, na época em que o Porto, através do seu Sindicato, através dos operadores tinham paralisado as atividades, Deputado Plauto Miró Guimarães e, desde aquela época diversos Deputados aqui na Assembléia Legislativa e muitos empresários alertaram o Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião: ou o Porto tomasse outros rumos na questão administrativa ou o Paraná teria prejuízos incalculáveis.

E aqui na Assembléia, o Deputado Nelson Justus, que já foi Secretário dos Transportes do Governo do Estado, que conhece com total profundidade a questão do Porto de Paranaguá, agora estamos surpresos, não surpreendidos, porque já sabíamos Deputado Durval Amaral que da forma como estava sendo administrado o Porto de Paranaguá, as empresas gradativamente estavam se afastando e já disse aqui da tribuna que em Itajaí, O Porto de Itajaí, São Francisco, que quem passava pela BR- 101, ao lado da Cidade de Itajaí, deparava-se com milhares de contêineres depositados ao lado da rodovia, coisa nunca vista na história de Santa Catarina. E por que este movimento tão grande? Porque as pessoas saíram do Porto de Paranaguá. E alguém pode dizer: “mas o Porto exportou muito mais este ano que ano passado, quebra recorde”. Claro que exporta mais, porque no ano passado foram feitas melhoras, no Governo passado houve investimentos, quase 500 milhões de reais na infra-estrutura do Porto de Paranaguá e agora nada se faz. Rompe esse contrato, não se faz calado, não se reforma os berços e pior de tudo é que a administração do Porto de Paranaguá não permite que as empresas assim o façam.

E é com muita tristeza quando lemos num jornal o seguinte: “Montadoras do Paraná começam a exportar por outros Portos”. O que quer dizer isto, Deputado Durval Amaral? Que o Paraná está perdendo. A Renault, a Case, a New Holland, e tantas outras empresas, mais fora as montadoras estão saindo do Paraná, indo para Santos,



para Itajaí, para o Rio Grande do Sul e o Paraná passa a ver navios. Navios na fila e navios que não carregam mais no nosso Porto. Esta é a triste constatação, a triste realidade que vemos no Estado do Paraná.

Infelizmente o Paraná perde muito e quem perde não é o Governador. Quem perde é a sociedade do Paraná...

**(Término do tempo)**  
**(O Orador passa a usar o horário do PFL)**

...só para dizer aos Srs. Deputados, os números não são deste Deputado. Os números são da OCEPAR, da Central das Cooperativas do Estado do Paraná, os números são da FAEP, que é a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que apresento os números incríveis da perda que os nossos produtores têm com o Porto de Paranaguá.

Eu já disse aqui desta tribuna, Deputada Elza, mas devo repetir mais uma vez: o Governador do Paraná disse que o pedágio inviabiliza o agronegócio, que o pedágio no Paraná inviabiliza a agricultura. Pois muito bem, fiz um levantamento por alto, Deputado Zucchinho, V. Exa. que conhece melhor do que ninguém aqui na Assembléia a questão da agricultura - de Cascavel a Paranaguá uma carreta de cinco eixos gasta algo em torno de 300 reais, com pedágio ida e volta. Essa mesma carreta, carregando quinhentos sacas de soja, e pelo cálculo feito pela FAEP, OCEPAR, os agricultores estão deixando de ganhar 8 reais por saca de soja. Oito reais, vezes quinhentas sacas de soja, são 4 mil reais. Quer dizer, 4 mil reais, isso viabiliza a agricultura, mas 300 reais, inviabiliza a agricultura. É questão matemática! Está aí presente, o Prefeito de Ceú Azul, Sr. Jaime, com seus assessores, e V. Sa., Prefeito, que também tem transportadora sabe o que representa o pedágio. Trezentos, conforme o Governador, inviabiliza a agricultura, mas 4 mil reais, o agricultor receber a menos, isso é benéfico, isso viabiliza a agricultura! Então é questão matemática. Isso tem que ser mostrado, isso tem que ser dito para a sociedade do Paraná.

Cedo-lhe o aparte, Deputado Leite.

**O Sr. Waldir Leite**

Só para comunicar mais um dado interessante, já que o senhor fala que estamos perdendo carga. Estamos perdendo carga há muito tempo, só que os números que eles apresentam dá a falsa impressão que está aumentando o volume, mas está aumentando muito menos do que nos outros Portos do Brasil. Há pouco tempo atrás, sessenta, noventa dias atrás, a Receita Federal fechou o seu escritório dentro da área primária, dentro do Porto de Paranaguá. Por que fechou?

Quando tem esse escritório, agiliza o atendimento aos exportadores e aos despachantes, fazendo com que carga seja mais rapidamente liberada, mas através da correspondência da Superintendência da Delegacia da Receita Federal de Paranaguá, tivemos a triste con-

statação que eles saíram do Porto de Paranaguá depois de não serem atendidos pelo atual Superintendente, no que diz respeito às suas instalações. Ou seja, a sala que a Receita usava em Paranaguá sofreu até um princípio de incêndio, sem nunca o Porto de ter dado atenção a este fato, que fez com que a Receita Federal saísse do Porto de Paranaguá.

Ouvi agora há pouco o Deputado Valdir Rossoni dizer que não consegue achar o nome da pessoa responsável pela limpeza e pelos serviços do Porto de Paranaguá, que está tendo dificuldade de saber. Acabei de passar para ele a informação que a pessoa que ele acha que deve ser mandado embora é o próprio Superintendente do Porto. Porque através de uma Ordem de Serviço assinado no dia 19 de fevereiro deste ano, ele chama para si toda a responsabilidade dos serviços de manutenção mecânica e civil, reformas administrativas, limpeza e jardinagem, a partir dessa data.

Então se tem alguém que é incompetente, nós temos aqui que fazer até a defesa do Chefe do Setor, porque ele não tem mais autonomia para dirigir da melhor maneira os serviços, mas sim o Superintendente. Então se ele reclama que alguém não está fiscalizando, então ele está reclamando de si próprio. Mais um vez, através de mentira, ele quer distorcer os fatos. O grande culpado do que acontece em Paranaguá hoje, é o próprio Superintendente através da Ordem de Serviços assinada por ele próprio.

Muito obrigado.

**O SR. ELIO RUSCH**

Quando fomos a Paranaguá, e as informações que colhemos, o desmando, a ineficiência administrativa instalada no Porto de Paranaguá chega a tamanha, que a empresa SOCEPAR, que tem o terminal em Paranaguá e com o acúmulo da sujeira, o navio só consegue atracar no berço, quando existe a maré alta, carrega o navio e só consegue sair se a maré sobe. A própria SOCEPAR queria fazer a limpeza por conta. O Superintendente não permitiu - senhores paranaense que estão na galeria de hoje - que a própria SOCEPAR fizesse por conta dela, sem recurso do Porto! Não permitiu!

A informação que temos também - eu não entendo muito de Porto - que o pier da PETROBRÁS que está estragado ou que quebrou, não funciona mais, diz que a própria PETROBRAS, por conta própria queria fazer esse conserto e a Superintendência também não permitiu. Mas, por que não? Porque daí tem que descarregar o petróleo no terminal privado. Então, existe aí alguma coisa, não entendemos.

Mas tenho certeza que a CPI do Porto vai trazer muitos números curiosos para que possamos trazer à claras e mostrar para a sociedade do Paraná o que representa o Porto de Paranaguá no nosso Estado. Infelizmente, ao invés de atrair as empresas, estamos espantando. Quem está contente, dando risada, quem está

feliz é o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, porque as pessoas estão saindo do nosso Estado, infelizmente.

**O SR. FRANCISCO BÜHRER (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença do nosso amigo, Vice-Presidente da Câmara de São José dos Pinhais.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

É uma alegria recebê-lo.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Faço a questão de ordem porque na semana que passou, este Plenário aprovou um requerimento de uma Comissão Especial para tratarmos do assunto Eixo Metropolitano. E até este presente momento a Mesa não pediu a indicação dos membros partidários para a elaboração deste trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Esse requerimento foi encaminhado ao Departamento Legislativo e está sendo tomado as providências.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Qual é o prazo que V. Exa. tem regimentalmente para instalação de uma Comissão por deliberação do Plenário?

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Hoje temos uma reunião da Mesa Executiva e vamos tratar desse assunto e trago a resposta amanhã.

Com a palavra o Sr. Deputado Fernando Ribas Carli, que estava previamente inscrito para falar pela Liderança do PP, portanto dez minutos.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há pouco tempo atrás ocupei a tribuna desta Casa para fazer um alerta ao Governo do Estado, um alerta ao Paraná. Disse na época que a crise do setor de saúde dos pequenos Municípios estava numa velocidade muito grande, que dia após dia assistíamos ou éramos informados de que hospitais das pequenas cidades estavam sendo fechados por falta de condições de levar à frente o trabalho de atendimento à saúde em função dos baixos valores que são repassados pelo SUS, inviabilizando os hospitais e por conseguinte inviabilizando os profissionais da área médica em geral. Isso multiplicou-se.

Hoje temos no Paraná uma quantidade enorme de pequenos Municípios que já não dispõem mais de hospitais. Tenho certeza que os Deputados que têm a suas bases no interior do Estado conhecem muito bem a essa realidade. Os hospitais fecham e as pessoas têm que ser levadas para as cidades maiores, para as cidades de porte médio que recebem esses doentes para dar o devido tratamento. E dizia naquela época, que também nas cidades de porte médio iria acontecer o que já tinha acontecido nas pequenas cidades, os hospitais não iriam suportar a

demanda existente na cidade de porte médio, como também a demanda das pequenas cidades.

Dizia eu, isso antes de aprovarmos o Orçamento do Estado no ano passado, quando na Comissão de Orçamento, junto com os outros membros, Deputados Durval Amaral, André Vargas, José Maria Ferreira e Ademir Bier, nós procuramos de todas as maneiras e formas aumentar os recursos do Tesouro do Estado destinados para a área de saúde, porque sabíamos e sabemos que os recursos que são enviados para o SUS são insuficientes e que os recursos encaminhados pelo governo federal são insuficientes.

Dizíamos mais, que precisávamos de uma grande ação, no sentido de sensibilizar as autoridades federais, para que aumentassem o valor de repasse do Sistema Único de Saúde, para o nosso Estado. Porque ao invés de termos avanços, de obtermos credenciamentos para outros serviços, de custos maiores, que demandam recursos, equipamentos, nos procedimentos de alto custo, nós tivemos redução dos valores repassados.

Temos que trabalhar incessantemente para que isso não aconteça. Tivemos a questão das UTI's que foi um trabalho enorme de diversos Deputados. Em Ponta Grossa, por exemplo, a falta de UTI's, morrendo pessoas por falta de UTI's neonatais. O que assistimos cada vez mais, é o tráfego de ambulâncias vinda do interior do Estado para Curitiba, sobrecarregando o sistema de Curitiba. Sabemos que hoje o sistema está municipalizado. No momento em que doentes de outros municípios demandam para Curitiba, isso vai acarretar custo ao sistema, fazendo com que os recursos de Curitiba não sejam suficientes para o pagamento e para fazer com que esses atendimentos sejam efetivados aqui em Curitiba.

Temos levantado essa questão por diversas vezes e tenho certeza que as autoridades não estão dando a devida atenção. Não podemos perder a nossa capacidade de indignação, ao ver irmãos nossos morrerem por falta de atendimento.

Os hospitais particulares, os profissionais liberais não têm a obrigação de fazer serviço gratuito. A Constituição é muito clara, quando diz que a saúde é uma responsabilidade do Estado, é um direito do cidadão e uma responsabilidade do Estado querer jogar nas costas do empresário, dono do hospital, do profissional médico ou do profissional para-médico, que ele faça o trabalho e que ele não receba por isso que ele faça serviço filantropico. Essa não é a função da iniciativa privada e muito menos a função dos profissionais liberais, que militam na área da saúde.

Não fosse isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se estivéssemos falando apenas de hospitais privados, de hospitais que visam lucro, que são empresas, talvez pudéssemos se mal interpretados - pudéssemos achar que este Deputado está defendendo a classe médica ou a classe hospitalar.

Quero aqui mostrar aos senhores - tenho certeza que muitos tiveram a oportunidade de ler - uma matéria

da Gazeta do Povo, de sábado, 15 de maio, onde a manchete é: “Santas Casas sofrem com redução de repasses do Sistema Único de Saúde”. Está aqui estampada. O hospital mais antigo do Estado, a Santa Casa mais antiga do Estado, que é a Santa Casa de Paranaguá, que teve os recursos do SUS que são repassados, diminuídos, em uma atitude do Secretário da Saúde, certamente com a benevolência do Governo do Estado e da Secretaria das Finanças! Eu pergunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: onde queremos chegar, no momento em que os recursos que são repassados às Casas de Saúde, às Santas Casas de Misericórdia, que vivem de doações da comunidade, a maioria delas construídas que foram há mais de cem anos, por doações das famílias, das pessoas que moravam nas cidades e que ainda hoje vivem de doações. São estes hospitais, estes estão sendo prejudicados! Corta-se o repasse de recursos” Que Governo é este? Onde está a sensibilidade deste Governo, que não é capaz de ver que uma instituição de saúde que não tem fins lucrativos, que está à beira da falência, não merece a mão estendida do Governo para aumentar os repasses de recursos, que são necessários para dar provimento à saúde da população paranaense? Que futuro nós queremos construir, Presidente, Sras. e Srs. Deputados? O que nós queremos para nossos semelhantes?

Aqui nesta Casa temos profissionais médicos; não um, mais de um médico nesta Casa; sabem e entendem perfeitamente do que estou falando. A saúde é um bem que cada cidadão deve ter. E este bem deve ser preservado com a ajuda do Estado. E saúde custa. Não é barato. Mas, o Estado tem que investir. Vamos deixar de investir em TV Educativa! Vamos deixar de investir em mídia, em propaganda! E vamos investir na saúde. Acabaram com a central de

leitos! Acabaram com o sistema que funcionava e agora, não satisfeitos, estão tirando recursos das Santas Casas de Misericórdia! Já diz o nome: Santa Casa de Misericórdia! Como pode alguém não ter sensibilidade e fazer cortes de recursos dos hospitais de caridade do nosso Estado?

Quero aqui, neste minuto que me concede o Presidente André Vargas, fazer um apelo a esta Casa: vamos juntos, esquecer cores partidárias, esquecer possíveis divergências de Situação e Oposição! Vamos nos dar as mãos! É o povo quem está sofrendo! É o povo que está morrendo por falta de atendimento! E se nós não resolvermos esta situação, as Santas Casas vão fechar! E, hoje ainda, são as Santas Casas que suportam a grande demanda reprimida que existe em todo nosso Estado. Se não fizermos isto, não tenham dúvidas, seremos cobrados! E não será no futuro, não! Será hoje à tarde! Será amanhã de manhã! Num futuro muito próximo, é já, no presente!

Por isso, peço aos senhores: vamos fazer um trabalho no sentido de sensibilizar a autoridade estadual para que invista mais nas Santas Casas. Nós não podemos

deixar nosso povo morrer à míngua, por falta de atendimento! Vamos readquirir nossa capacidade de indignação e dever; um irmão estar precisando e nós estendermos as mãos. As Santas Casas estão precisando! Vamos ajudá-las! Elas precisam do apoio, elas precisam do trabalho, elas precisam do entusiasmo, denodo e da força de vontade de cada um de nós, que tenho certeza, juntos, poderemos sensibilizar o Governo, o Governador, as Secretarias, o Governo Federal, de mostra-lhes que o povo está morrendo por falta de atendimento!

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Agora, no Grande Expediente, por 28 minutos, com a palavra o Deputado Rafael Greca.

#### O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Começo com um poema de Brecht:

“Primeiro, levaram os negros,

Mas eu não me importei:

Não era negro.

Em seguida, levaram alguns operários,

Mas eu não me importei:

Eu não era operário.

Depois, prenderam os miseráveis

E eu não me importei:

Não sou miserável.

Aí agarraram os desempregados

E também não me importei.

Agora estão me levando,

Mas já é tarde.

Como não me importei com ninguém,

Ninguém se importa comigo”.

Começo com esta poesia do autor do “Analfabeto Político” para chamar a atenção desta Casa, para o momentoso episódio envolvendo o Governo do PT, no âmbito do Gabinete Civil do Presidente da República e o nosso Estado do Paraná, no que diz respeito à questão dos transgênicos.

Pergunto aos Srs. Deputados: quantos de vocês têm compromisso com a saúde da população? Eu sei que receberei respostas afirmativas de todos, mas, então, por que tarda o Governo Federal em cumprir a promessa do Presidente Lula ao Governador Requião em declarar o Paraná uma área livre de transgênicos? E que esforço tem feito a Bancada Estadual e a Bancada Federal do PT? Aí, incluído o Senador Arns, em defender as sementes geneticamente puras e a economia agrícola paranaense. Além da lei proposta pelo nosso estimado Deputado Welter, é no mínimo peculiar, dentre tantos desastrosos episódios recentes do Palácio do Planalto, o comportamento da carta sigilosa e confidencial de relevante interesse público e de biossegurança enviada em 03/05 passado, através do CEDEX 10, pelo Sr. Haziél Pereira, filiado ao PT, ao Sr. Presidente da República, sobre os cuidados do Secretário Particular da Presidência, Gilberto Carvalho.

A carta foi aberta antes de ser mandada ao Presidente da República, antes de ser lida por ele e foi vazada ao jornal Estado de São Paulo.

O que é que dizia a carta.

Na carta o Sr. Haziél Pereira alertava o supremo mandatário da Nação quanto aos riscos para a Biossegurança do Brasil, provocados pelo herbicida Roundap Glifosato da Monsanto.

Haziél Pereira servia-se da súmula de tese de doutorado da professora, Dra. Eliana Dallegrave da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a qual, após experiência exaustiva, de muitos anos, em ratos de laboratórios - Ratos Wistar - concluiu que a referida substância é um desregulador endócrino, um desregulador de glândulas animais. Provoca aumento da massa relativa de fígado e rins (degeneração hidrópica e necrose multifocal, no fígado; e congestão, nos rins), além de graves disfunções no aparelho reprodutor masculino, tais como redução do número de espermatozoides, redução dos níveis séricos de testosterona, e alterações histológicas nos testículos, caracterizadas por congestão de vasos.

Na mesma correspondência, o combativo assessor político do Governador Roberto Requião, - embora estivesse escrevendo num esforço de resistência pela Biossegurança da humanidade -, informava ao Sr. Presidente da República que navio brasileiro zarpado do porto da cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, estava sendo devolvido pela República Popular da China pelo seu altíssimo grau de toxicologia neste início de maio detectado. Isto tanto é verdade que o navio aportou no Brasil conforme atestaram os jornais de 13 de maio, quinta-feira passada.

Informava, ainda, Haziél Pereira, “no Paraná o produto Roundap da Monsanto só está sendo comercializado, liberado por liminar da 3ª Vara da Fazenda Pública, liminar essa concedida por falta de parecer no processo de bulas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, há duas bulas no mata-mato. O produto da Monsanto tem duas bulas, isso foi registrado na ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Quem saneará a ANVISA, em persistir a dubiedade de fórmulas e de bulas? Furto da luta do mesmo Governador Requião, a mesma ANVISA baixou a Resolução Especial nº 87, de 26 de abril de 2004, que estabelece um prazo de cento e vinte dias para que todos os registradores de produtos agrotóxicos coloquem em seus rótulos e bulas todas as informações relativas à saúde humana. Nesse prazo não dá tempo para testar quase nada em laboratório; é pouco científico, é mais para um cartório de registro de agrotóxicos e fórmulas do que para quem se ocupa de saúde da população. Aliás, dizem que se reza em Brasília, e nos meios de biodemocracia, “Deus nos salve da ANVISA”.

Na mesma carta, Haziél dizia ao Presidente da República que no Governo do PT a ANVISA aumentou o limite máximo do resíduo agrotóxico Roundap, de 0,2 miligramas por quilo para 10 miligramas por quilo,

cinquenta vezes mais veneno foi permitido. Isto significa um aumento de cinquenta vezes produzido num período em que o nosso Presidente Lula é governante.

A senhora sabia disso, Deputada Rafagnin, o senhor sabia disso, Deputado Welter, o senhor sabia, Deputado Vanhoni? Têm lido V. Exas. as resoluções da ANVISA? O fruto disso é o navio chinês carregado de soja gaúcha devolvido pela República Popular da China suspendendo o contrato com as quatro maiores empresas exportadores de soja do Brasil, a Nobre Grain PTE Limited, a Cargil Agrícola, a Irmãos Trevisan e Agricultura, e a Bianchini Indústria, Comércio e Agricultura, como informa o jornal Folha de São Paulo, a matéria ainda diz que a China fala em grave ameaça de saúde para os cidadãos chineses, a matéria fala em favas de soja manchadas de vermelho, a matéria fala, isso a dez dias da visita do Presidente Lula à China! Que belo presente a ANVISA nos ajuda a dar ao Presidente Lula e ao Brasil: a perda de mercado com contratatos de soja oriundos do Rio Grande do Sul.

A Monsanto tem um verde poder de sedução, que fez entrar as sementes de soja no tempo do Governo Olívio Dutra lá no Rio Grande do Sul.

Deputado Ângelo Vanhoni, como V. Exa. explica que em pleno governo estadual do Rio Grande do Sul, o Sr. Olívio Dutra, foi possível entrar todas as sementes transgênicas contrabandeadas, será que o ex-governador não queria saber? A Monsanto tem um poder de sedução inexplicável! Verde poder de sedução, se diz por lá.

Será, Deputado Ângelo Vanhoni, que foi a Monsanto que nomeou o Ministro da Agricultura, o ministro RR?

Deputados, o que vocês têm a explicar? Perguntava, na carta do início de maio, ao Presidente Lula, no interesse da Biossegurança e da biodemocracia. Que destino terá esta soja envenenada? Será que irá para as prateleiras dos nossos supermercados, em forma de óleo de soja? Ou será margarina, destinada ao pão nosso de cada dia? Ou suco disfarçado em saudáveis polpas de frutas tropicais?

Ou, mais grave, indo para a merenda escolar das nossas crianças? Que tal, hein? Afinal, a omissão da ANVISA faz com que o Brasil seja um dos poucos países do mundo a permitir Organismo Geneticamente Modificados em alimentação infantil, coisas proibida por quase todos os governos sérios! O site do Greenpeace denuncia que as papinhas da Nestlé, os chocolates, e vários óleos têm transgênicos, - só os óleos do Carrefour e Sinhá não têm. Os franceses pagam mais caro por produtos sem transgenia.

Ganhou nisto o frango Da Granja, alimentado por milhos não transgênico - hídrico, mas não transgênico.

Aliás, na mesma carta, o nosso Haziél Pereira - já um campeão na luta contra os transgênicos, porque os bons frutos não caem longe da árvore, e eu conheci, combativo vereador do Prefeito Requião.

Na mesma carta, o nosso Haziél Pereira perguntava:

- Quando o Governo Federal irá cumprir a própria lei que fez de rotulagem dos produtos que contém transgênicos ou organismos geneticamente modificados - os OGMs? Afinal, disse a Folha de São Paulo, em final de abril, que o Dr. Cláudio Maiowicz não iria fiscalizar isto! S. Exa. continua a presidir a agência.

Haziél concluiu, respeitosamente, exortando o Governo Federal ao estudo criterioso da tese da Dra. Dallegre, da UFRGS, no interesse da saúde humana, da biossegurança e da biodemocracia.

O que aconteceu com a carta?

A carta, sigilosa, confidencial, discreta, chegou ao Palácio do Planalto, no dia 5 de maio, às 10h00 da manhã.

Inexplicavelmente, às 14h00 do mesmo dia, Haziél Pereira, em Curitiba, no Palácio Iguaçu, já estava sendo interpelado pela repórter jornalista Lígia Formenti de O Estado de São Paulo.

O Planalto havia violado e vazado a correspondência presidencial, enviada aos cuidados do Sr. Secretário Gilberto Carvalho.

Pecado que o pacato rapaz - que nós conhecemos no nosso Arcebispo de Curitiba na Comissão Justiça e Paz, no passado - não cometeria.

Mas depois de ter vivido muito tempo entre os ímpios da Prefeitura de Santo André, nunca se sabe.

Surgiu mais um factóide - destes bem ao gosto de Brasília, onde se tentou ridicularizar a pesquisa da Dra. Dallegre, e o nosso Haziél Pereira, na sua preocupação de biossegurança, e de interesse público ilibado, com a saúde da população.

É grave a violação de correspondência de um cidadão ao seu Presidente! A omissão de investigação de algo tão sério quanto à saúde de toda a população! Afinal uma tese de doutorado de uma universidade pública, com experiência em tecidos animais, mamíferos, deve ser relevada, e relacionada aos seres humanos?

A Ministra Marina Silva afirma: "Neste caso, no mínimo, devemos ser cautelosos". Os governos europeus e os consumidores dos países mais desenvolvidos não querem produtos transgênicos, pagam cinco vezes mais por tudo o que é orgânico. A nossa soja pura atingiu R\$ 53,00 a saca. A soja do RS, transgênica, R\$ 43,00.

Os agricultores do Rio Grande do Sul pagaram 69 milhões de reais a título de patentes para a Monsanto, e pagaram mais 1,48 reais por saca de soja testada para sua classificação.

Até agora o Governo do Paraná tinha a certeza de sua política baseada no econômico.

Com as revelações de biossegurança contidas no trabalho de seu assessor Haziél Pereira - e desprezadas pelo Palácio do Planalto - o Governador Roberto Requião tem motivos científicos, culturais, de luta pela biodemocracia, para persistir ao lado dos "filhos da luz" contra o obscurantismo dos que querem com autoritarismo e

arrogância -, sabe-se lá a serviço de quem destruir as sementes do Brasil, patrimônio da Humanidade.

Volto a perguntar: por que o Presidente Lula não permite que o Paraná seja área livre de transgênico?

Pode ser um enigma que o Deputado Vanhoni poderá decifrar, pois dizem, faz parte do grupo hegemônico "Unidade na luta", do Campo Majoritário, do poder em Brasília.

Quem tem razão: o Governador Roberto Requião ou quem defende a soja geneticamente modificada? E por que se violou a carta de Haziél, que pede que a soja não seja vista como uma coisa de poder e de dinheiro, mas que seja vista como uma coisa de saúde pública?

Quem tem razão? O nosso Governo, ou quem no Palácio do Planalto se esconde atrás desse interesse econômico escuso? Não é o Presidente! É quem perto dele faz um jogo que não é o dos "filhos da luz".

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

### O Sr. Elton Carlos Welter

Deputado Greca, V. Exa. faz críticas e ponderações à carta do Haziél.

Nós, da Bancada do PT do Paraná, fizemos esse projeto proibindo a transgenia, pois entendemos que o Paraná é um Estado estratégico. A visão do Governo Federal à Lei de Biossegurança que ainda está em tramitação no Congresso Nacional e o que foi regulamentado até agora em nível federal é apenas a comercialização e o plantio da safra para quem tem a semente em casa. Não foi autorizado em nenhum lugar do Brasil a certificação de sementes transgênicas, isso porque o transgênico está literalmente liberado.

Há uma esperança, inclusive da nossa Bancada, de que, realmente, a Lei de Biossegurança crie grandes fatores e empecilhos na questão da soja transgênica do país. A Bancada defende que se discuta caso a caso a questão da transgenia. A soja é um fator, mas os outros casos têm que ser discutidos, caso a caso, inclusive com o consumidor.

Um detalhe: essa soja suspensa da China, já foi dito que é em função do resquício do Roundap, mas a informação que se tem é de sementes tratadas contra fungos para que elas possam se conservar. Então, essa informação tem que ser checada também.

Greca, existe uma sintonia muito grande, hoje, do Governo Federal e do Governo Estadual. As críticas que V. Exa. faz, inclusive à Bancada ou ao próprio Governo, talvez surjam da sua rejeição pelo povo curitibano, que eu vi nas pesquisas ultimamente.

### O SR. RAFAEL GRECA

Não tem cabimento a sua provocação e eu não vou aceitá-la porque estou falando de saúde pública e estou falando de um Assessor do Palácio que violou uma carta sigilosa ao Presidente da República, o que é muito desastroso e errado, pois qualquer brasileiro tem o direito de escrever ao Presidente da República, informando uma

tese de mestrado onde tecidos animais contraíram câncer com inchaço de fígado e rins e levaram ratos à esterilidade! Se isso acontece em tecidos animais de laboratório, pode acontecer com seres humanos! Quer dizer, que devoção é essa de querer já violar e ridicularizar uma tese de mestrado de uma Universidade abalizada como é a do Rio Grande do Sul, antes que o Presidente da República tome conhecimento?

S. Exa. o Presidente da República, está cercado por pessoas, no mínimo, com o verde poder de sedução da Monsanto! Isso tem que ser denunciado!

E rejeição do povo curitibano, se V. Exa. um dia quiser passear comigo em Curitiba, se der ao trabalho de não ficar no interior, convido-o para exercer comigo a minha rejeição, passeando pelas ruas de Curitiba, e terá V. Exa. a avaliação de quanto ela é grandiosa!

Aliás, sobre essa coisa de rejeição, tivesse o nosso Partido, o PMDB, ouvido essas histórias em maio de 2002 e hoje, o Governador se chamaria Álvaro Dias, porque o Requião teria ficado em baixo da cama morto de medo do IBOPE da vida: “ai, o IBOPE, o IBOPE, vou ficar escondidinho em casa!”

O IBOPE não é bicho-papão! Eu não tenho medo do IBOPE não! Vou sair na rua, sim senhor!

#### **O Sr. Reni Pereira**

Não come criancinha!

#### **O Sr. Durval Amaral**

Concede um aparte, Deputado?

Deputado, agradeço o aparte que V. Exa. me concede.

Recebi sua carta, e quero cumprimentá-lo pela sua coragem, pela sua determinação e, efetivamente, todos nós sabemos que a campanha política em Curitiba e no Paraná como um todo, está apenas começando. Quando V. Exa. foi candidato e se tornou Prefeito de Curitiba, V. Exa. saiu com um percentual de 2 ou 3%.

Muito baixa, e se viabilizou prefeito na Cidade de Curitiba!

Mas, só a título de esclarecimento, Deputado Rafael Greca, até porque as razões ecológicas que V. Exa. insinua com relação à Monsanto, que as desconheço, mas faz com relação ao Governo do PT, principalmente nessa polêmica dos transgênicos; li também atentamente os jornais brasileiros com relação a essa devolução de quatro navios, de grandes empresas Cargill e outras mais que não foram recepcionadas, não foram aceitas suas cargas na China. Não li, em nenhum momento, que se tratava efetivamente em função de transgênicos, e sim, tratava-se de soja contaminada com fertilizantes.

Para quem é plantador e produtor de soja, sabe que antes de efetivamente plantá-la, trata a semente. E infelizmente, maus produtores - quando não conseguem aplicar essa soja à terra, fazendo com que elas possam germinar e se tornar um produto rico em proteínas, como é a soja - e más empresas, como é o caso dessas, trataram de expor-

tar porque a soja tratada de um ano não serve para ser reaproveitada no ano seguinte.

Num total desrespeito à saúde pública, num total desrespeito às relações internacionais, às relações comerciais, tentaram exportar soja tratada com fertilizantes de altíssimo poder, para que elas pudessem germinar e que não foram aproveitadas no Brasil, o que é inaceitável, em qualquer hipótese.

Então, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, mas pelo que li, em todos os jornais, o grande problema da devolução causando prejuízos enormes às relações comerciais do Brasil, inclusive com a China, na véspera inclusive da visita do Presidente Lula, é que esses navios eram de soja tratada com fertilizantes, e por total falta de escrúpulos comerciais, acabaram sendo exportadas por más empresas, trazendo prejuízos enormes ao Brasil.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Rafael Greca. Vá em frente, porque efetivamente, são de homens com a sua coragem, com a sua determinação que o Brasil, o Paraná e Curitiba precisam.

#### **O SR. RAFAEL GRECA**

Deputado Durval Amaral, agradeço a sua gentileza e quero lembrar o seguinte: que o jornal O Estado do Paraná com o subtítulo “Dinheiro fala mais alto” deu a manchete, ontem: “transgênico e ciência ficam em segundo plano”.

E fala com autoridade ambiental Luiz Eduardo Rodrigues Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lembrando isso, que a ANVISA autorizou em março, a elevação por cinquenta vezes o limite máximo do resíduo de glifosato herbicida da Monsanto vendido com o nome comercial de Roundup. Não terá sido isso que contaminou a soja dos navios devolvidos da China?

Veja, parece a questão gravíssima, constava da carta do Sr. Haziél Pereira ao Sr. Presidente da República, e o que eu quero dizer, como paranaense, como Deputado, como ex-Ministro, é que me causa espécie a carta ter vazado primeiro para os jornais antes de ser respondida pelo Sr. Presidente da República! Isso é grave! Grave! Grave! Porque equivale o Governador receber uma carta que há veneno no reservatório de água da SANEPAR e os assessores do Palácio Iguaçu, ao invés de mandarem investigar, ridicularizarem o denunciante.

Era isso, muito obrigado, boa-tarde.

Vou exercer minha rejeição agora, andando na rua em Curitiba.

#### **O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

Quero registrar a presença do Prefeito Luiz Corte, de São Jorge do Oeste, acompanhado pelo Presidente da Câmara, Miguel Drecher, pelo Vereador Miguel Mozart, e mais uma dezena de lideranças e agricultores de São Jorge que foram contemplados com o Programa da Casa

da Família Rural. É uma satisfação recebê-los aqui, hoje, na Sessão Plenária.

Além de cumprimentar, também, a presença do Zezão, Prefeito do Município de Ângulo, Região Metropolitana de Maringá, com lideranças rurais de Ângulo, que também foram contemplados com o Programa Casa da Família Rural, que o Governador Requião e o Secretário Romanelli lançaram hoje, no Palácio Iguaçu.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Recebemos a todos, dando boas-vindas! A Casa sente-se felicitada, especialmente porque esse evento transcorreu hoje às 11h30, no Palácio Iguaçu.

Também damos boas-vindas ao Deputado Federal do PSDB de Londrina, nosso amigo, Luiz Carlos Haully.

No Horário das Lideranças, pelo PPS, com a palavra o Deputado Waldir Leite.

#### O SR. WALDIR LEITE

Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na verdade, Sr. Presidente, mais uma vez trago aqui notícia do berço da civilização paranaense. E são tantas notícias ruins que tem Paranaguá esta semana! A Santa Casa não está atendendo mais o SUS, porque a Secretaria de Estado da Saúde não lhe passa mais recursos!

No último final de semana houve uma fuga da cadeia pública de Paranaguá. E, por último, temos o assunto do Porto, ao qual - através da imprensa - nós tivemos notícias que o Estado falou que a limpeza do Porto público não é feita e ele denunciou - mais uma denúncia vazia - que eu teria alguma sociedade em empresa ou meu irmão teria.

Em todo episódio do Porto eu só vejo o Governo, infelizmente, mentindo, porque até agora sempre tentaram distorcer os fatos da realidade. Eu não tenho questão pessoal contra ninguém em Paranaguá. Simplesmente venho a esta tribuna para alertar o que lá acontece e não tenho o que fazer, a não ser vir aqui e denunciar o que acontece em Paranaguá.

Agora, quando nós vemos o Porto naquele estado que a Comissão viu lá: a sujeira predominando; nós vemos o Superintendente do Porto falando que vai chamar a ANVISA, vai chamar não sei quem e ele pega e assina uma Ordem de Serviço no dia vinte de fevereiro, chamando para ele toda a responsabilidade de limpeza, conservação, manutenção mecânica e civil do Porto, não vejo outra explicação que não a incompetência de quem administra aquele Porto público. E vejo muito mais grave a situação quando a Receita Federal fecha, no Porto de Paranaguá, atrapalhando todos os exportadores, todas as pessoas que estão envolvidas nesse segmento de exportação, que é o grande negócio do Paraná e do Brasil, hoje, vejo que realmente alguma coisa está errada.

E nem vou aqui contestar o que o Governador fala, porque na verdade é como eu sempre falo: acredito que os Deputados têm que ajudar.

Concedo um aparte ao Deputado Nelson Justus.

#### O Sr. Nelson Justus

Deputado Leite, estou aqui nesta Casa há alguns anos. Já fui Secretário de Estado quatro vezes e de três Governadores diferentes e quero fazer-lhe uma confissão: nunca ouvi se falar tanto em Paranaguá como nesta gestão, e principalmente do Porto de Paranaguá. Eu nunca ouvi falar tanto no Porto de Paranaguá!

Portanto, quero às vezes questionar-lhe e a todos aqueles que aqui estão daquela história daquela mãe que foi assistir ao filho na parada militar e viu que ele tinha errado o passo e disse: olha lá, só o meu filho com o passo certo e todo mundo errado!

Quero crer, Deputado Leite, que alguma coisa deve estar errada, porque não é possível que todo santo dia que nós sentamos aqui seja sobre o Porto de Paranaguá: denúncia para cá, denúncia para lá, Comissão para cá e não sei o que mais. Alguma coisa está acontecendo ou todos nós estamos com o passo errado!

Por isso quero torcer e torço!

Eu, que sou avesso às CPI's, quero torcer para que definitivamente essa CPI do Porto, tão bem presidida pelo Deputado Rossoni, encontre alguma coisa que ilumine e que corrija o passo daqueles que estão errados.

Muito obrigado!

#### O SR. WALDIR LEITE

E é com esse mesmo objetivo, Deputado Nelson Justus, que eu sempre uso esta tribuna para tentar alertar o Governo do Estado no que diz respeito ao Porto de Paranaguá.

Agora, quando eu vejo a situação ficar muito pior, quando eu vejo o Governo vir a público, através da imprensa, e fazer acusações inverídicas e vazias contra um Parlamentar desta Casa, que até o momento que fazia parte da sua bancada aliada, nunca questionou. Então, é a partir do momento, que não se atende ao "rei", como ele gosta de ser tratado, ele vem com essas denúncias vazias e posso dizer mentirosas, até porque existem documentos, é documento da Receita Federal, é documento da ANVISA, é documento do próprio Porto, ou seja, a pessoa é tão incompetente que ele chama para si a responsabilidade das coisas em Paranaguá e depois não resolve e começa a jogar a culpa nos outros.

Então, é por essas e por outras, Deputado Nelson Justus, que nós temos que ver. Vai ver que o único que está marchando certo é o Governo é o superintendente do Porto, mesmo!

#### O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Leite, acredito que V. Exa., quanto à questão da colocação feita pelo Governador hoje, naturalmente mostrou documentos para este Presidente e satisfez a presidência da CPI. Mas o que está em discussão e acredito que cabe aqui até um recado ao Governador - nós não discutimos e não enveredarmos para outras questões - acho que ele poderia ter uma atitude de democrata e amanhã nós poderíamos descer ao Porto de

Paranaguá, os membros da CPI, a imprensa e o Governador, e verificar quem está com a verdade. Só isso!

Eu faço esse apelo ao Governador do Paraná como forma de respeito. Eu tenho sido um crítico contumaz do Governador, aqui, mas este momento acredito que temos que ter amadurecimento, ter a capacidade de discernir e ver o que é que temos que fazer, porque a situação do Porto é tão grave que a cada momento chegam documentos em minhas mãos.

Eu acredito que vamos ter que alugar uma sala para guardar os documentos e estudá-los, porque são tantos os problemas do Porto de Paranaguá, que talvez só o Governador esteja desinformado: voltou do Canadá, não deu tempo para se informar.

Mas, faço um apelo aqui: estou vendo o Líder do PMDB, Deputado Antônio Anibelli, que é do Governador Requião, o Líder do Governo, vamos fazer um apelo ao Governador: vamos fazer uma visita ao Porto de Paranaguá no dia de amanhã!

Tenho certeza absoluta que nós não precisamos abrir a boca, o Governador mesmo vai tomar as atitudes, porque ele não vai concordar com o que está acontecendo lá, tenho certeza absoluta disso.

Agora, não sei se o Governador terá essa grandeza, eu espero do Governador do Paraná essa atitude, e de esquecer o Deputado Leite e o Deputado Rossoni que neste momento têm posições divergentes, são contrários ao Governador, mas que o Governador tenha essa atitude de grandeza, porque se ele vir *in loco* o que vimos lá...

Deputado Anibelli, duvido que o Governador vá concordar com aquilo lá!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. WALDIR LEITE

E eu gostaria mesmo, Deputado Rossoni, que o Governador tivesse a humildade e a grandeza de ir a Paranaguá, até porque também teria a oportunidade de ver os problemas do Porto, da Santa Casa e da cadeia pública, onde em novembro do ano passado ele já anunciou medidas e investimentos que até hoje não foram efetuadas. Eu não sei por que motivo que isso vem acontecendo.

Então, para complementar, Sr. Presidente, independente da empresa que faça ou deixe de fazer a limpeza em Paranaguá ou em qualquer outra autarquia do Estado, ou em qualquer outra empresa administrada pelo Governo do Estado, é obrigação e dever do administrador fiscalizar de maneira coerente: se tiver errado, que troque a empresa; se não estiver fazendo o trabalho direito, que fiscalize da maneira adequada. Mas, vir aqui falar quem é o proprietário, quem era o proprietário, isso aí é denúncia vazia que não cabe a um Governador de Estado esse tipo de atitude, até porque quando o povo do Paraná o elegeu Governador esperava que ele viesse para solucionar os problemas e não para fazer mais desculpas.

De desculpas o povo já está cheio: é o pedágio que não se resolve, é a segurança, é o Porto de Paranaguá e tantos outros problemas que não são resolvidos, e agora mais esse escândalo pequenininho da COPEL também que está pairando dúvidas no ar e bastante.

O Sr. Neivo Beraldin

Permite um aparte, Deputado?

O SR. WALDIR LEITE

Infelizmente, gostaria de ceder o aparte, mas respeitando a Presidência, deixarei para outra oportunidade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

PSB, PTB.

(**Declinaram**)

PT, com a palavra.

Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente Lula fará uma viagem à China, onde o Governo considera que será uma das grandes viagens, de grandes negócios com o governo brasileiro e o governo chinês.

Logo no início do governo o Presidente Lula já anunciava essa proximidade com o governo chinês. Esta visita só não foi o ano passado em função e todos sabem que o Presidente chinês, Hu Jintao, também defende na OMC a abertura dos países desenvolvidos aos produtos dos países emergente e o fim das barreiras, especialmente do setor agrícola. Todos sabem do esforço grande que o Governo Federal faz para melhorar e expandir o setor exportador desse país para negociarmos melhor os nossos produtos na questão mundial. O governo chinês é parceiro do Governo Lula, o G-20 que foi criado, onde o Presidente Lula é um dos grandes líderes, já articula esta possibilidade de tirar as barreiras que existem, principalmente da União Européia e dos Estados Unidos, com relação aos mercados que o Brasil vislumbra a nível externo.

Então, esta viagem do Presidente Lula já tem inscritos, diga-se de passagem, 412 empresários importantes no sentido de buscar negócios lá na China e os chineses virem aqui fazer negócio no País. E no início da minha fala, antes, também fiz uma ponderação com relação ao crescimento da indústria - houve o maior crescimento do emprego com carteira assinada desde 92 neste último trimestre - este é um dado do Ministério do Trabalho, onde foram criados 347 mil novos empregos gerados com carteira assinada! É o maior índice em número de empregos gerados de 92! Ainda não é o suficiente, mas dá uma demonstração que a economia está crescendo.

Então, este é o sinal positivo de muitos que fazem a crítica que esperam que é possível fazer uma revolução do ponto de vista econômico ou da geração de emprego



em pouco tempo. O Governo Lula está há um ano e quatro meses e hoje temos um sinal visível, Deputado André Vargas, Presidente da Assembléia Legislativa, é um sinal visível dessa sinergia que se transmite para o interior dos Estados.

Hoje mesmo, vou reiterar aqui. Houve um grande convênio assinado aqui no Estado do Paraná, na Casa Familiar Rural. Isto é um sinal positivo da sintonia que existe com o Governador Requião, com o Presidente Lula, aliás, este convênio saiu porque há uma disposição de inversão de prioridades, tanto do Governo Federal como do Governo Estadual e dar prioridade para o nosso pequeno agricultor, dar atenção, inclusive também para os índios, que também recebem as suas casas. Um programa que vai ser construído agora e programado para mais casas daqui para a frente. É um sinal claro. Já disse também no início da minha fala, dos dados da Saúde, de que neste ano de 2004 serão ainda muito mais, apesar de todas as dificuldades que temos enfrentado.

Seria isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Que fique claro que esta visita do Presidente Lula à China trará, com toda a certeza, grandes resultados econômicos a médio e longo prazos para o País. Isto dá uma demonstração do poder de negociação que o nosso Presidente tem, conseguindo articular inúmeros países, e um país com um potencial como a China, que é um potencial consumidor fantástico, onde lá tem mais de um bilhão de habitantes e as nossas relações já no ano passado, ficou claro que aumentou significativamente as nossas relações comerciais. Naturalmente, eles querem produtos com qualidade, senão, vai acontecer o que aconteceu com a soja gaúcha.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

PMDB.

Liderança da Oposição, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, não se surpreenda efetivamente, nem o senhor nem os nobres Deputados da Oposição nem tão pouco da Situação. Até havia previsto para esta tarde um pronunciamento homenageando o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião.

Efetivamente, diminuirei o impacto do meu pronunciamento, tendo em vista, o pronunciamento do Deputado Elton Welter, na tribuna, porque nós não fazemos Oposição sistemática ao Governo, as coisas boas que ele realiza devem ser registradas, não só pela Situação, mas também pela Oposição. Nesta manhã o Governador, chegando do Canadá, lançou um programa que no meu entendimento é maravilhoso, para os índios do Paraná, para o programa voltado à nossa comunidade indígena, e também para os nossos agricultores.

Aliás, agricultores são defendidos na Assembléia Legislativa, pela Deputada Luciana Rafagnin, ao longo de muitos anos. Ela tem sido contumaz na defesa do tra-

balhador rural e sobre tudo na condição mínima de dignidade para aqueles que moram no campo. Aliás é uma de suas marcas registradas, já apresentou projetos aqui no passado, já foram apreciadas aqui nesta Casa, foram aprovados, outros projetos, na mesma espécie, tramitam na Assembléia Legislativa, enfim, ela tem a marca própria da Deputada Luciana, voltado para a moradia familiar rural, efetivamente, que nós não poderíamos esperar do Governador Roberto Requião uma atitude tão bonita como essa de construir mil unidades habitacionais para a casa familiar rural e, também, de construir 347 casas para os índios do nosso Estado.

Até vi aqui, prazerosamente, alguns companheiros do interior com bonés, com o nome Requião e, ao lado, “obrigado, Governador”.

Quero só registrar que a Oposição louva a atitude do Governador, ao mesmo tempo que lamenta a Deputada Luciana Rafagnin não ter sido lembrada no Palácio, porque essa é uma luta dela, e o prestigiamento à Base, entendo que sempre se deva fazer justiça quando um Deputado, tanto de Situação como de Oposição, tem uma luta travada e histórica aqui na Casa e, também nós lamentamos o fato de não ter, ao lado, “Obrigado, Presidente Lula”.

Por que obrigado Presidente Lula? Porque dessas unidades que foram lançadas, anunciadas e proclamadas como do Governador do Estado do Paraná, e o são, uma iniciativa do Governo também, com recursos do Governo Federal. São recursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, fica aqui o nosso registro, o nosso cumprimento ao Governador Roberto Requião, mas lamentando, infelizmente, o esquecimento de quem efetivamente está pagando a conta. Infelizmente, tem muitas pessoas que não se lembram, num momento glorioso como esse, de agradecer a quem efetivamente paga a conta.

Eu estou dizendo isso porque tenho aqui em mãos o site do Governo do Estado. Efetivamente, não faz nenhuma menção de que esse é um programa do Governo Federal e que os recursos para esse programa, são 100% do Governo Federal ou grande parte dos recursos da Deputada Luciana Rafagnin. Parece-me que não há recursos a Fundo Perdido do Governo do Estado; se houver, melhor ainda, fica registrado o nosso elogio.

O Deputado Valdir Rossoni, outro dia na tribuna, já disse V. Exa. que ficava preocupado, porque, nós que estamos e que ousamos fazer Oposição, porque fazer Oposição a esse Governo é antes de tudo um ato de coragem, aliás, de coragem e um pouco de racionalidade, ou quem sabe até um pouco de loucura. Por quê?

Nós ouvimos aqui o Deputado Waldir Leite, que até outro dia sentava-se à mesa dos Deputados da base do Governo e porque ousou discordar foi banido da Base e hoje soma-se à Oposição com a CPI do Porto de Paranaguá. Ainda outro dia, nós mesmos, até pelo acúmulo de atividades da Liderança da Oposição, dizíamos que não aceitávamos golpes abaixo da linha da cin-

tura, e alertávamos o Deputado Rossoni do risco que ele corria, presidindo a CPI do Porto de Paranaguá. Agora estamos vendo novamente o Deputado Waldir Leite, que durante mais de um ano na base do Governo, sempre teve um tratamento de respeito por parte do Palácio Iguaçu, que tenta desqualificar a sua atuação, em função da sua coragem, ou do seu ato irracional de ousar discordar do Palácio Iguaçu! Não podemos aceitar isso! Golpes abaixo da linha da cintura, Deputados da Situação, Deputados da Oposição e sobretudo a imprensa do Paraná têm que ver com muita cautela qualquer tipo de ataque vindo de uma maneira que não podemos aceitar.

Mas, por que da CPI do Porto de Paranaguá? Muita gente fala que o Porto de Paranaguá é um exemplo de proficiência, não precisa de uma CPI, é tudo invenção da Oposição. Trouxe alguns dados.

(Lê):

**“Porto Atrapalha Exportação de Soja**

As exportações de soja pelo Porto de Paranaguá tiveram uma queda de 67% no primeiro quadrimestre de 2004.

Foram embarcadas apenas 581 mil toneladas de soja, contra 1,8 milhão de toneladas nos primeiros quatro meses do ano passado.

Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento. Na receita cambial obtida com as exportações de soja, a queda foi de 54%. Esse é o balanço do primeiro quadrimestre.

Em abril, as exportações de soja pelo Porto de Paranaguá, renderam ao nosso Estado apenas US\$ 68 milhões, contra US\$ 238 milhões que entraram no mesmo mês do ano passado.

A queda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi de 71%. É prejuízo para o agricultor paranaense e para a Balança Comercial brasileira.

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Acho que o Regimento Interno diz que a Bancada de Oposição tem direito a cinco minutos, V. Exa. está indo para cinco minutos.

Se fazemos leis aqui, elas devem ser cumpridas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Esta Mesa tem tido compreensão com os Deputados da Situação e da Oposição. Estou marcando o tempo para destinar para a Liderança do Governo o mesmo tempo.

O Regimento será seguido com compreensão, inclusive como já foi feito com V. Exa.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Hoje o Jornal do Estado traz que a New Holland exporta colheitadeiras através do Porto de Itajaí e através do Porto de Santos. A Renault exporta carros através do Porto de Santos. Grandes empresas paranaenses estão exportando através de outros Portos. Isso demonstra o

fracasso da administração que impera no Porto de Paranaguá; prejuízos para a economia paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Liderança do Governo, Sr. Natálio Stica.

**O SR. NATÁLIO STICA**

A Liderança do Governo, hoje vai abrir mão, para que a Oposição possa usar os dez minutos.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Farei uso do restante do horário.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Quero ocupar brevemente o meu horário da Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, V. Exa. não pode tolher a autoridade do Líder do Governo!

Ele abriu mão para a Oposição.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

V. Exa. sabe bem que a Mesa pode aceitar, usar de liberdade. Mas o Deputado Ângelo Vanhoni está se inscrevendo, é do Governo e nós vamos ceder-lhe a palavra. A Mesa foi bastante compreensiva com relação à Oposição, concedendo nove minutos.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

V. Exa. Deputado Ângelo Vanhoni, não quero criar uma polêmica, apesar da bondade do Líder - o seu coração está sendo maior hoje.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

A Mesa é imparcial.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

A questão do Porto de Paranaguá me preocupa.

Deputado Vanhoni, é tanta documentação que tem chegado em nossas mãos, que teremos que montar uma equipe, eu não sei de qual tamanho.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

É exatamente sobre a questão do Porto de Paranaguá, que eu queria fazer apenas uma breve consideração.

O Deputado Durval Amaral, acho que trouxe alguns números que precisam ser debatidos. Acho que seria bom que a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa se manifestasse, porque me parece, pelas informações que tenho - não tenho conhecimento do setor

- lido nos jornais, nos periódicos e acompanhado pela televisão, é de que há uma quebra, sobretudo no plantio de soja, na região Sul do nosso País. O Rio Grande do Sul teve uma das maiores quebras da produção de soja dos últimos anos, por causa da seca, e os Estados do Paraná e Santa Catarina também. Não sei porque, me parece que o Porto de Paranaguá continua com a mesma estrutura de oito anos atrás. A única modificação que teve do ponto de vista de estrutura - sou parnanguara e conheço - foi o terminal de contêineres, que foi privatizado e hoje é comandado pelo Grupo Redran para o embarque e o desembarque de contêineres. Afora isso, não houve nenhuma estrutura. Em relação a produtos agropecuários do Estado do Paraná, fertilizantes, produtos frigorificados e à granel, continua a mesma estrutura de vinte anos atrás.

O Porto, hoje, está fazendo um esforço muito grande. Tem uma licitação que deve estar saindo a decisão, para aumentar o cais, sobretudo na margem oeste do Porto, permitindo novos três berços, que possam ser utilizados pelos navios nesse novo cais. É um cais na modalidade de píer, onde será possível o embarque e o desembarque, inclusive à granel, no Porto de Paranaguá, melhorando ainda o embarque e o desembarque da soja e de produtos dessa natureza.

Pretendo, amanhã, pôr um requerimento, aqui, solicitando informações à Administração do Porto, no que diz respeito a essa licitação, porque o Governo Federal e o Governo do Estado, do Roberto Requião, demonstrou interesse, há um caixa, superávit das tarifas e da economia do Porto, para que o Estado inicie imediatamente essa ampliação do cais. Queremos terminar este Governo, no terceiro ano desta gestão, com a realização, concretização do cais Oeste, no que aumenta, e muito, a nossa capacidade portuária.

Não é que eu queira contraditar, porque não sou afeito aos números da economia agrícola e agropecuária. Mas, informações que tenho é de que os plantios de soja e de outros produtos tiveram uma quebra nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, por causa da seca - no Rio Grande do Sul mais acentuada do que no Estado do Paraná. É preciso confirmar isso. O Plauto deve conhecer essa realidade, porque é um agricultor. Na Comissão de Agricultura, o Augustinho Zucchi, também é ligado ao setor, pode estar com os números atualizados.

Eu gostaria de dizer ao Deputado Valdir Rossoni, que está liderando a Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá: sou parnanguara e me preocupo com a questão do Porto, com a Cidade, que ela melhore. A visão que tenho é que a Administração do Porto de Paranaguá está sendo boa, conduzida pelo Eduardo Requião. A administração do Governo do Estado em relação à Cidade de Paranaguá tem sido uma administração boa. O Governador Roberto Requião preocupou-se com a questão da saúde, que há muitos anos foi deixada de lado, sobretudo na Cidade de Paranaguá; está preocupado com a educação no litoral; está investindo recursos vultosos na área da Educação; está investindo recursos na

recuperação do patrimônio histórico e artístico da Cidade, da nossa Cidade, que é a origem da civilização paranaense. E mais do que isto, há previsão, já foram abertas as cartas de editais, da estrutura viária no acesso ao Porto de Paranaguá, concretando perto de 16 quilômetros, que é o terminal de acesso para os caminhões do Paraná e do Brasil inteiro, que chegam na Cidade de Paranaguá.

A avaliação que tenho da administração do Governo é positiva em relação a esta Cidade, a administração do Porto de Paranaguá em si. O Deputado Valdir Rossoni diz que tem um "caminhão" de denúncias a respeito do Porto de Paranaguá. O Deputado Valdir Rossoni tem o dever, solicite das pessoas que estão trazendo denúncias, possibilidade de comprovação, veracidade destas denúncias, traga para o Plenário da Assembléia. Até hoje, Sr. Presidente, não vi uma única denúncia do ponto de vista de irregularidade na condução da administração do Porto de Paranaguá que justificasse, até agora, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Isto é, a administração do Porto de Paranaguá, até agora, não foi em nenhum momento, atacada por parte dos Deputados que dão sustentação à Oposição, sobre a administração do Porto de Paranaguá.

A questão do calado: tragam, aqui, qualquer comprovação de que teve um prejuízo, sequer, para um navio do Porto de Paranaguá neste um ano e quatro meses, em relação à calado. Pode trazer. Mesmo se trouxessem qualquer comprovação à calado, este foi um problema do ponto de vista ético, moral e de conduta do patrimônio público. Só não foi suspenso o contrato com esta operadora de draga porque nós sabemos o que aconteceu na administração do Fernando Henrique Cardoso, o qual na administração do Ministério dos Transportes transferiu para três empresas, no Brasil, o monopólio de dragagem em todos os portos brasileiros. Fazendo com que os contratos fossem feitos em dólar. Em dólar!

Então, nosso Porto, que não fatura em dólar, porque é convertido, fatura em real, o que nós temos em caixa são reais, é moeda brasileira, teria que pagar, no ano que passou, perto de 15 milhões para um contrato lesivo na área de dragagem. Nós podemos, até, ter descuidado um pouco em não termos ido à frente, termos feito um novo contrato, com uma nova companhia, ter rompido este contrato a uma portaria do Eliseu Padilha, impedindo que as administrações portuárias contratem qualquer draga que não seja pertencente a uma dessas três empresas.

Então, não é um problema da administração do Porto, do Eduardo. Lutar para que se fizesse um novo contrato, foi feita uma luta jurídica. Hoje, nós estamos pressionando, pleiteando junto ao Ministério dos Transportes, não só o Governador Roberto Requião mas a base de apoio, os Deputados Estaduais e Deputados Federais, para que esta Portaria seja revogada.

E os senhores, que governaram o País durante oito anos, sabem que os interesses econômicos que ainda

existem são fortes, dentro dos Ministérios e dentro da estrutura burocrática brasileira, impedem, estão impedindo, até agora, que tenhamos uma solução boa em relação a este caso. Mas, não tenho dúvidas de que vai prevalecer o bom senso da Casa Civil, o bom senso do Ministro dos Transportes e do Presidente Lula. Esta Portaria vai ser derrubada. Não há interesse nacional em jogo. O que há interesse é um lobby de três empresas que faturam com a dragagem de todo o Brasil.

Muito obrigado!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fui mencionada no discurso do Deputado Durval Amaral, o qual agradeço o reconhecimento e tenha certeza, V. Exa. ajudou a aprovar o projeto, na época do Governador Jaime Lerner, nesta Casa, quando apresentei o projeto.

Infelizmente, na época, o Governador Jaime Lerner vetou este projeto. Então, não foi possível colocar em prática. Depois, nós reapresentamos o Projeto da Habitação Rural ano passado, em forma de Indicação. E, aqui, aprovado, claro, Indicação todas passam, nesta Casa. Eu gostaria muito de agradecer a lembrança...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 018/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a duplicação da Rodovia Angelina Ricci Vezzoso, na Cidade de Londrina. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre

Organização de Entidades Representativas dos Estudantes de 1º e 2º Graus. **Aprovado.**

### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 157/2003 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Aos estudantes de estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, da rede estadual e particular de ensino, fica assegurada a organização de grêmios estudantis, como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

§ 1º A organização, o funcionamento e as atividades dos grêmios estudantis, serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembléia geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 2º - A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do grêmio estudantil, serão realizadas por meio de voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral vigente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.05.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 416/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Barbosa, com sede e foro no Município de Terra Rica. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 058/2003, de 11/08/2003).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 570/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a ONG, Artesãos Mãos de Ouro de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 077/2003, de 24/09/2003).**

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 617/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Altoniense de Assistência Social, com sede e foro na Cidade de Altônia. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 081/2003, de 13/10/2003).**

#### **ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 716/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Util-

idade Pública a Entidade Ação Social Família Camiliana, do Município de Pinhais, com sede e foro no mesmo Município. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 104/2003, de 02/12/2003).**

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 005/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Canaã de Proteção aos Menores, com sede e foro no Município de Guaruapuava. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 002/2004, de 17/02/2004).**

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 015/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Clube da Costela de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 002/2004, de 17/02/2004).**

#### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 018/2004, de autoria do Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Sócio-Familiar "Formando o Cidadão de Astorga", com sede e foro no Município de Astorga. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 002/2004, de 17/02/2004).**

#### ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 085/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Círculo Italiano de Medianeira, Sociedade Civil Beneficente e Cultural, com sede e foro no Município de Medianeira. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 019/2004, de 29/03/2004).**

#### ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 058/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina de Escola Estadual Professor Joaquim Adrega de Moura, o atual Colégio Estadual Ribeirão Claro, localizado no Município de Ribeirão Claro. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 012/2004, de 10/03/2004).**

#### ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 106/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães União Vila das Torres, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 024/2004, de 06/04/2004).**

#### ITEM 12

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 109/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Maranata

(ABEMA), com sede e foro no Município de Palmas. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 024/2004, de 06/04/2004).**

#### ITEM 13

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 111/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.314 de 16 de fevereiro de 2004. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 025/2004, de 12/04/2004).**

#### ITEM 14

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 113/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Ile Axé Ode Kre Igbo, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 025/2004, de 12/04/2004).**

#### ITEM 15

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 122/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Santo Antonio de Rio Branco do Sul, com sede e foro no mesmo Município. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 026/2004, de 13/04/2004).**

#### ITEM 16

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 698/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Damas Hospitaleiras, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 17

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Técnico em Eletrônica, a ser comemorado no dia 15 de outubro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 18

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Imigrante Japonês, a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que disciplina regras para publicidade obrigatória de todos os atos públicos e

privados no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ. (Publ. no DA. nº 104/2003, de 02/12/2003). **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 712/2003

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta a seguinte emenda modificativa ao Anteprojeto de Lei nº 712/2003, no qual o parágrafo segundo do artigo 3º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - manter parque gráfico próprio, para execução dos serviços gráficos necessários aos órgãos e entidades da administração pública estadual.”

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Hermes Fonseca, Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 712/2003

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta a seguinte emenda supressiva ao Anteprojeto de Lei nº 712/2003, no qual o artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Os atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais atos privados previstos em lei, serão obrigatoriamente publicados no Diário Oficial do Estado e no site oficial do Estado do Paraná, na Internet.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Hermes Fonseca, Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 712/2003

Parágrafo Único - A obrigação dos Poderes do Estado de publicarem seus atos no Diário Oficial e no site do Governo do Estado não exclui a obrigação de cada Poder Público manter seus periódicos e sites de divulgação, em caráter suplementar.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Hermes Fonseca, Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 712/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 712/2003, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, tem por desígnio disciplinar regras para publicidade obrigatória de todos os atos públicos e privados no âmbito do Estado do Paraná.

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos regimental e legalmente exigidos. Nesta seara, respeitando-se a alçada desta Comissão Permanente, deve-se sopesar sobre a viabilidade financeira do projeto de lei.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ELIO RUSCH- Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 712/2003

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objetiva disciplinar regra para publicidade obrigatória de todos os atos públicos e privados no âmbito do Estado do Paraná.

**Fundamentação**

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à proposição quanto à constitucionalidade, com três emendas. Chamada a opinar quanto ao mérito, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações observa, conforme menciona a sua justificativa, que a propositura pretende ampliar o projeto de modernização, qualidade e produtividade do Governo, disponibilizando as informações constantes no Diário Oficial na Rede Mundial de Computadores (Internet).

**Conclusão**

Sendo assim, encontrando méritos indiscutíveis na proposta em tela, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 712/2003, opinando pela sua aprovação, na forma das emendas apresentadas e aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 11.05.2004

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente e Relator

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 724/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a normalização da interrupção no fornecimento de água, aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná nas datas que especifica e nas seguintes

condições. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPT. Com Substitutivo Geral da CCJ. (Publ. no DA nº 105/2003, de 03.12.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 724/2003

Art. 1º - É vedada a retirada do hidrômetro e respectivo suporte quando da suspensão do serviço de fornecimento de água a consumidor residencial inadimplente.

Art. 2º - Os custos decorrentes da suspensão do fornecimento da energia elétrica e da sua posterior religação serão subsidiados com recursos do Tesouro Estadual, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes orçamentários necessários para fazer frente à referida despesa, comunicando à Assembléia Legislativa a providência tomada.

Parágrafo Único - É vedada a cobrança de quaisquer outros valores do consumidor residencial, para efeito de reativação do fornecimento da água suspenso em virtude de inadimplência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 724/2003

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Francisco Bühner, o projeto em epígrafe tem por finalidade proibir a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná- SANEPAR de:

- interromper a continuidade dos serviços aos consumidores residenciais inadimplentes às sextas-feiras, sábados e domingos e nas datas em que não houver expediente bancário (artigo 1º);

- retirar o cavalete e o hidrômetro quando da suspensão do fornecimento de água aos consumidores inadimplentes (artigo 2º);

- cobrar taxa pela religação do serviço suspenso por falta de pagamento (artigo 4º).

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer alertou que a primeira proibição contida no projeto já está prevista no artigo 1º da Lei nº 14.040, de 28.04.2003. Em face disso, e de outros apontamentos, a Comissão emitiu parecer favorável na forma de Substitutivo Geral por ela proposto, que contém as seguintes disposições:

- veda a retirada do hidrômetro e respectivo suporte quando da suspensão do serviço de fornecimento

de água a consumidor residencial inadimplente (artigo 1º)

- estabelece que os custos com a religação do serviço serão custeados pelo Tesouro Estadual (artigo 2º);

- veda a cobrança de quaisquer outros valores do consumidor residencial a título de reativação do serviço de água suspenso em virtude de inadimplência (Parágrafo Único do artigo 2º);

Analisando a proposição exclusivamente sob o aspecto do mérito, já que beneficia o consumidor, esta Comissão emite parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.05.2004

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELZA CORREIA - Relatora

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Discutir)

Sr. Presidente, eu pedi para discutir porque na verdade não captei o espírito do projeto, se é normalizar o abastecimento daqueles que estão inadimplentes com a SANEPAR, ou se é um benefício diferente. Eu, na verdade, na 1ª discussão hoje, vou votar favoravelmente, mas amanhã pretendo me aprofundar mais nesta matéria, porque não consegui entender o espírito do projeto.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Encerrada a discussão. Em votação Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a Cidade de Coronel Domingos Soares ao km 1,5 da PR-449, no Município de Palmas, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 017/2004

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão o projeto de lei de iniciativa do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a Cidade de Coronel Domingos Soares ao km 1,5 da PR-449, no Município de Palmas, conforme especifica.

Sustenta o autor que o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem, reúne melhores condições para assegurar a qualidade da estrada. Justifica ainda que a melhoria nas condições da estrada implicaria desenvolvimento econômico para a região e ampliação da qualidade de vida da população local.

É competência da Assembléia legislar sobre a matéria, pois está relacionado ao desenvolvimento econômico e social, integração regional, meio ambiente e combate à pobreza e inclusão dos menos favorecidos.

Com fundamento nesses elementos, a Assembléia Legislativa do Paraná já legislou sobre a matéria, resultando em leis estaduais.

Citamos aqui três leis aprovadas no período 1996 a 2001.

1) Lei 13.130/2001, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal GA-124, que liga os Distritos de Palmeirinha/Campina do Simão/Santa Maria do Oeste.

2) Lei 11.319/1996 que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Imbituva e Teixeira Soares.

3) Lei 13.118/2001, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Missal e São Miguel do Iguaçu.

Além das leis supra mencionadas, tramitou nesta Comissão o Projeto de Lei nº 539/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura que municipaliza o trecho da rodovia PR-471, que liga a sede do Município de Três Barras do Paraná até o Rio Iguaçu, tendo recebido parecer favorável em 12 de novembro de 2003.

Em face de todo o exposto o parecer é pela tramitação regimental, ressaltando-se o direito de discutir o mérito em plenário.

Encaminhado ao Governador para a sanção, caber-lhe-á analisar o interesse público da estadualização da estrada.

É o relatório e o voto.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 017/2004**

**P A R E C E R :**

Para análise desta Comissão o projeto de lei de iniciativa do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a Cidade de Domingos Soares ao km 1,5 da PR-449, no Município de Palmas, conforme especifica.

Busca o autor transferir para o Estado a responsabilidade de conservação e manutenção de estrada municipal.

“Como custa caro sermos pobres”.

A malha rodoviária do Paraná é de aproximadamente 118 mil quilômetros de rodovias, entre não municipais, federais e estaduais, e municipais.

Aproximadamente 16 mil quilômetros de rodovias são “não municipais”, dos quais 13 mil já são pavimentados. Muitos destes pavimentos já estão desaparecendo, tendo passado da vida útil de oito anos. Alguns, há 16 anos, não receberam correta conservação e recapeamento. Dos 13 mil quilômetros, 10 mil já são de responsabilidade do DER do Paraná. 2,3 quilômetros estão

incluídos na polêmica concessão das chamadas “rodovias pedagiadas”.

Há perto de dois mil quilômetros de rodovias não pavimentadas, estaduais. O Estado possui ainda 102 mil quilômetros de rodovias municipais, dos quais 95,5 mil não pavimentados. Há trechos crônicos de grande estresse político que, durante anos, décadas, permaneceram na aspiração da população, tais quais: a estrada Toledo - Quatro Pontes; Corumbataí - Jotaesse; Wenceslau Braz - Siqueira Campos, sem falar da problemática conservação das rodovias na região do Arenito Caiuá, no Noroeste, onde o solo é fino e desagregado.

De 1995 a 2002 as estradas decaíram, a malha rodoviária está em profundo abandono, de maneira que parece difícil dar ao DER mais um trecho de 31,5 quilômetros de obrigação para conservação e manutenção.

No entanto, se esse acesso tiver o mérito de ser a melhor ligação de Domingos Soares com a capital regional, Palmas, cabe a estadualização.

Cumpra-se que seja feita acompanhada de verba orçamentária para pavimentação, ou, pelo menos, para conservação.

O parecer, do ponto de vista da engenharia de viabilidade é com ressalvas, mas, favorável.

Sala das Comissões, em 11.05.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

Em votação.

**A SRA. ELZA CORREIA (Para Discutir)**

Sr. Presidente, para manter a minha coerência em relação às minhas posições na CCJ, eu levantei essa questão na Comissão de Justiça. Apesar de ser um projeto apenas autorizatório, na verdade compete ao Governo, ele tem competência material para exercer essa questão, sendo necessária lei. Mas, de qualquer maneira, este projeto trata de uma estrada municipal, e a lei propõe a transferência da sua manutenção para o Estado. Na CCJ eu levantava esta preocupação, porque, se de repente todos os municípios resolverem passar para o Estado a manutenção de estradas, cuja responsabilidade é sua, teremos uma questão grave, um bloqueio. Primeiro, de transferência de poder e depois sabemos que isso implica em receita, em recursos, e cria uma dificuldade enorme para o Governo.

Gostaria que ficasse registrado o meu voto contrário, para que eu pudesse manter a minha coerência em relação à minha atitude na CCJ e aqui no Plenário.

Muito obrigada.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)**

Quero, na ausência do Deputado Marcos Isfer, fazer a defesa da estadualização dessa rodovia.

Por que faço essa defesa, Deputada Elza? Pelo menos a História do Paraná diz isso, que todos os



Municípios do Paraná têm que ter uma estrada intermunicipal estadualizada.

Neste município, Coronel Domingos Soares, não existe nenhuma estrada estadualizada. Acredito que a intenção do Deputado Marcos Isfer é para possibilitar o Governo do Paraná assumir a responsabilidade, e que futuramente essa estrada possa ser melhorada, quer dizer, asfaltada, porque ela liga os Municípios de Palmas e Coronel Domingos Soares. Cinquenta por cento dessa rodovia conseguimos, no Governo anterior, asfaltar, e para dar prosseguimento ao outro trecho, sem necessidade de convênio com os municípios.

Por isso, voto favorável a esse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Em votação o Projeto de Lei nº 017/2004.

**Aprovado.**

## ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que autoriza o Poder Executivo a efetuar Cessão de Uso do imóvel que especifica, no Município de Antonina, destinado à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2004, de 08.03.2004).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 047/2004

#### P A R E C E R :

A proposta de lei em apreço, de autoria do nobre Deputado Waldir Leite, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, o imóvel que especifica à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN.

O comodato proposto viabilizará a instalação e funcionamento da entidade nominada, para que melhor atue em benefício do Município de Antonina.

O esboço de lei em exame contém preceito proibitivo da utilização do imóvel cedido para outras finalidades que não as aquelas que motivam a instituição da cessionária e, na hipótese de tal situação ocorrer prevê a automática extinção do comodato com a retomada do imóvel cedido a qualquer tempo.

Não obstante deixou de prever que as despesas com a guarda, conservação e manutenção do imóvel são de responsabilidade da cessionária, sem direito a qualquer ressarcimento futuro.

Isto posto e considerando que da análise do projeto de lei não resultou a constatação de qualquer vício, quer de ordem constitucional, legal ou regimental, que impeça

a sua tramitação nesta Casa de Leis até final deliberação em plenário, esta Comissão de Constituição e Justiça emite seu parecer favorável, na forma da emenda que o integra.

É favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 047/2004

A presente Emenda Aditiva tem por objetivo acrescentar novo dispositivo ao projeto de lei, numerando-o como artigo 3º e renomeando o subsequente como artigo 4º, conforme segue:

“Art. 3º - As despesas com a guarda e conservação do imóvel cedido, são de responsabilidade da cessionária, sem direito a ressarcimento futuro”.

Sala das Sessões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 047/2004

#### P A R E C E R :

Chamada a opinar a respeito do Projeto de Lei nº 047/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica no Município de Antonina, à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN, esta Comissão apresenta parecer favorável, tendo em vista que o mesmo objetiva viabilizar a instalação e funcionamento dessa entidade que, ao longo de sua existência, vem prestando relevantes serviços à comunidade daquele importante município do litoral paranaense, especialmente no que se refere a projetos de ecoturismo e à preservação da Mata Atlântica.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

## ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Dois Vizinhos para ampliação da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu que é mantida pelo Centro Pastoral e Assistencial Dom Carlos - CEAP. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 023/2004, de 05.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 099/2004

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por finalidade autorizar o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Dois Vizinhos para ampliação da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, que é mantida pelo Centro Pastoral e Assistencial Dom Carlos - CPEA.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 099/2004

P A R E C E R :

De autoria da Deputada Luciana Rafagnin, o projeto em epígrafe autoriza o Estado do Paraná a doar imóvel ao Município de Dois Vizinhos para ampliação da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI), que é mantida pelo Centro Pastoral e Assistencial Dom Carlos (CPEA).

De acordo com a justificativa da autora, o imóvel em questão foi doado ao Estado do Paraná pelo Município de Dois Vizinhos, com a finalidade específica de se construir a sede da Polícia Militar naquele Município.

Ocorre que, de acordo com o Ofício nº 127/2004, do Comandante do 3º BPM daquele Município, a Corporação não tem interesse em construir sua sede nesse imóvel.

De outra parte, a VIZIVALI necessita do imóvel para construção de salas de aula e laboratório, uma vez que ampliou os cursos oferecidos, aumentando significativamente o número de alunos.

Considerando justas as razões apresentadas, esta Comissão emite parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.05.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELZA CORREIA - Relatora

**ITEM 24**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Indicação nº 011/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que indica alteração do Decreto nº 1821/2000, que regulamentou o Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2004, de 14.04.2004).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 011/2004

P A R E C E R :

Chamada a opinar a respeito da Indicação, de autoria do Deputado Nereu Moura, que sugere alteração do Decreto nº 1821/2000, que regulamentou o Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, para que o mesmo passe a contemplar também estudantes universitários matriculados em instituições de ensino superior no Paraná, esta Comissão apresenta parecer favorável à mesma, tendo em vista sua relevância e alcance social.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

**ITEM 25**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 012/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a estadualização da estrada municipal do trecho Distrito Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão. **PARECER FAVORÁVEL COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 030/2004, de 20.04.2004).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
INDICAÇÃO Nº 012/2004

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão o projeto de lei de iniciativa do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal do trecho Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão”.

Busca o autor transferir para o Estado a responsabilidade de conservação e manutenção de estrada municipal.

“Como custa caro sermos pobres”.

A malha rodoviária do Paraná é de aproximadamente 118 mil quilômetros de rodovias, entre não municipais, federais e estaduais, e municipais.

Aproximadamente 16 mil quilômetros de rodovias são “não municipais”, dos quais 13 mil já são pavimentados.

Muitos destes pavimentos já estão desaparecendo, tendo passado da vida útil de oito anos. Alguns, há 16 anos, não receberam correta conservação e recapeamento.

Dos 13 mil quilômetros, 10 mil já são de responsabilidade do DER do Paraná.

Há perto de dois mil quilômetros de rodovias não pavimentadas, estaduais.

O Estado possui ainda 102 mil quilômetros de rodovias municipais, dos quais 95,5 mil não pavimentados.

Há trechos crônicos de grande estresse político que, durante anos, décadas, permaneceram na aspiração da população, tais quais: a estrada Toledo - Quatro Pontes; Corumbataí - Jotaesse; Wenceslau Braz - Siqueira Campos, sem falar da problemática conservação das rodovias na região do Arenito Caiuá, no Noroeste, onde o solo é fino e desagregado.

De 1995 a 2002 as estradas decaíram, a malha rodoviária está em profundo abandono. De maneira que parece difícil dar ao DER mais um trecho de obrigação para conservação e manutenção.

No entanto, se esse acesso tiver o mérito de ser a melhor ligação a Campina do Simão - cabe a estadualização. Cumpre porém que seja feita acompanhada de verba orçamentária para pavimentação, ou, pelo menos, para conservação.

O parecer, do ponto de vista da engenharia de viabilidade é com ressalvas, mas, favorável.

Sala das Comissões, em 11.05.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
RAFAEL GRECA - Relator

## ITEM 26

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 016/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a obrigatoriedade de as empresas de transporte ferroviário sinalizarem os vagões de trem e estabelece penas. COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 036/2004, de 03/05/2004).

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES INDICAÇÃO Nº 016/2004

#### P A R E C E R :

De autoria do Deputado Artagão Júnior, a indicação em epígrafe propõe ao Presidente Luiz Inácio da Silva e ao Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, que se torne obrigatória a sinalização luminosa, no período noturno, para os vagões de trem.

Nos termos da indicação, essa sinalização constituiria numa tarja luminosa, com largura de trinta centímetros, na extensão total das laterais de cada vagão de trem.

Tratando-se de proposta que tem por objetivo a segurança daqueles que trafegam nas proximidades de trilhos e, ainda, reduzir o número de acidentes envolvendo vagões de trem, esta Comissão manifesta-se pela aprovação da presente indicação.

Sala das Comissões, em 11.05.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELZA CORREIA - Relatora

## O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Sobre a mesa, Requerimento nº 839, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.**

## O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebemos hoje aqui o Sr. Sergio Navarro, que mora na Fazendinha, e ele nos traz aqui várias amostras de água que tem recebido em sua residência, água esta efetivamente não recomendável para o consumo.

É uma situação bastante interessante, não só pelo que ele nos mostra hoje aqui, mas pelas visitas que temos feito na nossa comunidade de Curitiba. Temos encontrado, em vários pontos da Cidade, a mesma reclamação de donos de casa que consomem a água, que chega até a torneira numa espécie de barro. Há, na verdade, uma falta de tratamento, de esgoto, os nossos rios de Curitiba estão com um grande grau de contaminação.

Solicitamos à SANEPAR, quanto do esgoto que ela trata no Município de Pinhais; responderam-nos que foi 38%. Enfim, a visita de hoje é mais uma denúncia que traz a população, e nós não poderíamos nos calar diante desta constatação.

## O SR. ELIO RUSCH (Para Encaminhar)

Sr. Presidente.

Quando cheguei aqui na Sessão de hoje, vim ao comitê da imprensa, e me deparei com esses litros de água. Perguntei ao cidadão, do que se tratava, se era uma bebida destilada, ou qualquer coisa assim, Ele disse: Não! É água! Água que sai da torneira da SANEPAR!

Deputados que estão aqui ainda, vejam a qualidade da água que a SANEPAR oferece aos curitibanos, mais precisamente na região da Fazendinha!

Temos recebido denúncias de outros Municípios do Estado do Paraná também. É lamentável que esta água chegue nas residências da família do Paraná.

Vemos por outro lado, uma propaganda que o Governo do Estado faz através da televisão, dizendo que tinha água para os pobres. Tarifa Social.

Ora, se a SANEPAR fornece esta água para os curitibanos, o que vamos dizer da saúde do nosso Estado?

Ouvimos hoje o Deputado Fernando Ribas Carli fazendo menção em relação ao corte dos recursos feitos à Santa Casa, aqui de Curitiba, que o Governo do Estado não fornece mais.

Agora, fornecer esta água para o cidadão? Esta água não pode ser consumida nem por animais, quem dirá por pessoas! É lamentável que isto se registre no Estado do Paraná.

E daí, Deputado Jocelito, o Governo do Estado diz que a SANEPAR consegue fazer essa tarifa social porque voltou ao controle do Governo, do novo!

Eu já disse desta tribuna, que quando o Governo do Estado diz que a SANEPAR não está aí para dar lucro, eu mostrei os valores que a SANEPAR cobra da taxa mínima no Estado do Paraná: quase dezesseis reais por 10m3, que é a SANEPAR administrada pelo Governador do Estado, diz que é o controle dele!

Na minha cidade, Marechal Cândido Rondon, que não é SANEPAR, mas água, Deputado Neivo Beraldin, é

explorada pelo Serviço de Água e esgoto da municipalidade, os 10m3 custam R\$10,00! A SANEPAR cobra 50% a mais do que o SAE, de Marechal Cândido Rondon! E o SAE, com toda certeza, está dando lucro! E a SANEPAR, se for essa a qualidade da água, realmente tem muito lucro!

Mas nós temos que valorizar. Tenho certeza que o Deputado Neivo Beraldin, que recebeu essa denúncia e apresenta esse requerimento, fará uma fiscalização *in loco*, porque não é admissível que o ser humano aqui em uma região em Curitiba seja tratado dessa forma.

Não pode ficar impune, não pode ficar por isso, porque têm que ser responsabilizadas as pessoas que brincam com a saúde da população.

Obrigado!

#### O SR. DOBRANDINO SILVA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero que os Deputados Elio Rusch e Neivo Beraldin fiquem atentos para que essa denúncia não fique no vazio, porque, se chega água com este teor na casa desse cidadão, tinha que chegar em todas as casas do Paraná, porque a SANEPAR não dirige água apenas para uma rede, mas distribui para todo mundo. E será que isso é na caixa de água do cidadão ou mesmo no encanamento da propriedade, que pode ser de ferro?

Então, seria um milagre que essa água chegasse com essa qualidade em uma casa e não nas outras, porque não tem como dirigir para apenas um encanamento a água.

Então, queria dizer aos Deputados Elio Rusch e Neivo Beraldin, que é complicado e difícil de entender como é que chega a um morador e não chega a outro. E quero dizer isso, porque no meu apartamento nunca vi esse tipo de água, com essa qualidade aí.

Então, é muito complexo para se responsabilizar a SANEPAR por ter água dessa qualidade em uma casa e não ter na outra. E quando fala o Deputado do valor da água em Rondon, que é particular, só tem um porém: pelo o que me disseram, em Rondon desconheço que tenha rede de esgoto. É uma observação que faço.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Só para esclarecer que o requerimento que vamos votar, requer:

“Por que regularmente ocorre suspensão de abastecimento no Bairro da Fazendinha em Curitiba?”

Por que a referida suspensão se dá nos feriados ou finais de semana?

Remeter cópia do relatório contendo o histórico de suspensões de abastecimentos nos últimos seis meses.

Por que, ao ser restabelecido o serviço, a qualidade da água distribuída é imprópria para o consumo?

A água vem acompanhada de um lodo com coloração barrenta, sendo que só retorna às suas condições normais após doze horas do restabelecimento. Existem outras alternativas para que esses fatos não ocorram?”

Então, estou colocando aqui, porque o debate é sobre esse requerimento de informações.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Elton Welter.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER

Na verdade, eu não queria falar sobre o requerimento, mas é uma questão de ordem de um fato relevante que aconteceu na semana passada, quando ocorreu uma intempérie, uma ventania que atingiu em torno de 160 quilômetros horários e que atingiu o interior de Toledo, onde fui verificar *in loco*. Lá, aviários inteiros estão no chão, chiqueirões de suínos literalmente no chão, casas de agricultores absolutamente destruídas e galpões. Isso, além dos estragos nas lavouras, o milho da safrinha, todos deitados no chão e não existe mais uma folha inteira! É impressionante que um fenômeno da natureza possa fazer tanto prejuízo!

Então, o Estado já mobilizou a Defesa Civil. É uma situação emergencial que ocorreu, e atingiu várias comunidades do interior de Toledo e também em Cafelândia, onde o prejuízo foi muito grande, e é imprescindível que haja uma atuação emergencial e uma sensibilidade tanto do nosso Governador, como também do Governo Federal, aos prejuízos que lá foram verificados, tem propriedades que foram destruídas totalmente, o galpão onde armazenavam-se as máquinas, a casa do agricultor, a estrebaria das vacas, o chiqueiro dos porcos e aviários que estão totalmente no chão! É impressionante o que o vento foi capaz de fazer!

Quando se fala que boi ou animais voam, voam de fato, porque aqueles animais que estavam desprotegidos, o vento os arrastava de fato. Isso é real, isso não foi uma fantasia, porque muitos animais morreram, além dos estábulos caírem e tudo mais; os animais desprotegidos, realmente, não conseguiam se esconder e infelizmente muitos morreram.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Em votação.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Requerimento nº 835, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.**

#### O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o Deputado Natálio Stica pede uma Sessão Especial justa para EMBRAPA.

Apenas como sugestão à Mesa, que seja realizada em uma quinta-feira pela manhã, porque nós temos aí mais tempo e, evidentemente, não sofreria a solução de continuidade ao processo legislativo.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Já há no requerimento a data a ser desenvolvida tal atividade.

Em votação.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 836, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 837, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 838, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 840, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 841, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 842 e 847, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 843, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 844 a 846, 848 a 850 e 852, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 851, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 853, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 854, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 855, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 856, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, com apoio do Deputado Reni Pereira constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 857, 861 e 862, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 858, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 859, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 860, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 863, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 868, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 870, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 712, 724/2003, 017, 047 e 099/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 360, 695 e 701/2003.

Levanta-se a Sessão.

### Atas de Comissão:

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de 2004, às 14h00 horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, Senhores Deputados: Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Miltinho Pupio e o Presidente da Comissão, Deputado José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: Primeiramente o Sr. Presidente solicitou à Secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (15ª Reunião Ordinária). Na sequência o Sr. Deputado Elton Carlos Welter pede dispensa; todos aprovam. O Sr. Presidente, dando continuidade aos trabalhos, solicitando ao relator, conforme pauta, que expusesse seu parecer referente à Indicação nº 128/2003, de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, conforme parecer anexo. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

Sandra Zampier - Secretária

**COMISSÃO DE TURISMO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 738/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrando os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente  
 Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

**COMISSÃO DE TURISMO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de maio do ano dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrando os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente  
 Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação Final aos Projetos de Lei nºs 694/2003 e 739/2003. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária

da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente  
 Eliza Soto Maior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos três dias do mês de maio do ano dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou Redação Final aos seguintes Projetos de Lei nºs 474/2003, 016/2004, 030/2004, 059/2004 e 063/2004. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente  
 Eliza Soto Maior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de maio do ano dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Elton Carlos Welter apresentou redação Final aos seguintes Projetos de Lei nºs 617/2003, 716/2003, 015/2004, 018/2004 e 085/2004 e o Deputado Nelson Justus apresentou os Projetos de Lei nºs 005/2004, 109/2004, 111/2004 e 122/2004. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente  
 Eliza Soto Maior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado

Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 157/2003 e 058/2004; em seguida o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 416/2003, 570/2003, 106/2004 e 113/2004. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente

encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente  
Eliza Soto Maior Maruska Sotto Maior - Secretária

## Errata:

Os projetos de lei publicados no Diário nº 024, de 06/04/2004, tiveram sua numeração alterada, passando a ser:

110/2004 - do Deputado Plauto Miró Guimarães, para 101/2004;

101/2004 - do Deputado Luiz Accorsi, para 102/2004;

102/2004 - do Deputado Francisco Bühner, para 103/2004;

103/2004 - do Deputado Ailton Araújo, para 104/2004;

104/2004 - do Deputado Dr. Luciano Ducci, para 105/2004;

105/2004 - do Deputado Dr. Luciano Ducci, para 106/2004;

106/2004 - do Deputado Augustinho Zucchi, para 107/2004;

107/2004 - do Deputado Vanderlei Iensen, para 108/2004;

108/2004 - do Deputado Vanderlei Iensen, para 109/2004;

109/2004 - do Deputado Plauto Miró Guimarães, para 110/2004.